

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Requalificação do espaço público em Lisboa - Avaliação do projeto: “Uma praça em cada Bairro”

Diogo Henrique Pratas D’oliveira

Relatório de estágio orientado pelo Prof. Doutor Pedro Porfírio Coutinho
Guimarães e Prof. Doutor Herculano Alberto Pinto Cachinho

Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território

2022

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Requalificação do espaço público em Lisboa - Avaliação do projeto: “Uma praça em cada Bairro”

Diogo Henrique Pratas D’oliveira

Relatório de estágio orientado pelo Prof. Doutor Pedro Porfírio Coutinho
Guimarães e Prof. Doutor Herculano Alberto Pinto Cachinho

Júri:

Presidente: Professora Doutora Alina Isabel Pereira Esteves do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Professora Doutora Alessia Allegri da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

- Professor Doutor Pedro Porfírio Coutinho Guimarães do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

2022

Dedicatória pessoal

Dedico o término desta etapa aos meus pais e à minha irmã, que desde o início do meu percurso académico foram um exemplo de força, determinação, motivação e perseverança. Obrigado por todo o esforço, pela infindável dedicação em proporcionar e garantir a melhor educação possível e por acreditarem sempre em mim.

Agradecimentos

A concretização deste capítulo é o resultado de todo o meu esforço e da dedicação em alcançar os meus objetivos. Contudo, nada disto seria possível se não tivesse ao meu dispor o apoio incondicional da minha família, amigos, professores e orientadores, desde já um enorme obrigado por todo o apoio e por me ajudarem a contruir um futuro melhor.

Agradeço ao Prof. Doutor Pedro Porfírio Coutinho Guimarães e ao Prof. Doutor Herculano Alberto Pinto Cachinho por me terem orientado ao longo do meu trabalho e ajudado na evolução deste relatório.

Agradeço à Câmara Municipal de Lisboa, em particular ao Departamento de Espaço Público, Divisão de Gestão de Projetos de Espaço Público por me ter acolhido de forma tão gentil e adequada, proporcionando uma experiência profissional incrível e para lá das minhas expectativas. Associado a esta instituição, quero agradecer de forma especial aos meus orientadores, Arquiteta Susana Raposo e Sociólogo António Bastos e ainda transmitir um agradecimento especial ao Arqueólogo Nuno Mota.

Agradeço e reforço o apreço à minha família, por me terem proporcionado a educação que tenho, por acreditarem sempre e em qualquer instância em mim. Este trabalho é tanto meu quanto vosso.

Por fim, agradecer de forma muito especial a todas as pessoas especiais da minha vida, pela vossa ajuda e compreensão nos momentos mais difíceis. Obrigado por todos os momentos de trabalho intenso, de felicidade e de concretização.

Obrigado do fundo do meu coração, a todos!

Resumo

Os espaços públicos sempre desempenharam um papel importante, contribuindo para a transformação das cidades ao longo do tempo. Tendo em consideração a importância dos espaços públicos para a população, revela-se como necessário que os poderes públicos criem novos espaços públicos ou requalifiquem os já existentes, de modo a satisfazer as necessidades da população. Estas intervenções devem considerar não apenas a dimensão física e material, mas também outras dimensões, como a social, a ambiental, assim como a própria identidade cultural dos espaços públicos intervencionados, de forma a promover a sua utilização por parte da população.

Este trabalho tem como objetivo estudar os impactos de projetos de requalificação do espaço público. No decorrer de um estágio realizado na Câmara Municipal de Lisboa, analisamos o programa 'Uma Praça em cada Bairro', desenvolvido por esta instituição. Após atualizarmos uma matriz de avaliação desta instituição, usamos os projetos desenvolvidos na Rua Actriz Palmira Bastos e na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, como casos de estudo.

Tendo em consideração a pesquisa realizada, é possível concluir que as intervenções de requalificação urbana realizadas aos espaços públicos selecionados alcançaram parte dos objetivos inicialmente definidos. Também é possível concluir que a atualização da matriz de avaliação revelou-se como acertada, pela sua abrangência, por incluir mais dimensões de análise do que a matriz inicial. Pela sua abrangência, esta matriz atualizada pode ser mobilizada na avaliação de futuros projetos de requalificação urbana com incidência no espaço público.

Palavras-chave: Espaço público, Requalificação Urbana, Lisboa, Uma Praça em Cada Bairro, Planeamento Urbano

Abstract

Public spaces have always played a key role, contributing to the transformation of cities over time. Considering the importance of public spaces for the population, it is necessary that the public authorities create new public spaces or requalify the existing ones, in order to satisfy the needs of the population. These interventions must consider not only the physical and material dimension, but also other dimensions, such as social, environmental, as well as the cultural identity of the public spaces involved, in order to promote their use by the population.

This work aims to study the impacts of public space requalification projects. During an internship held at the Lisbon City Council, we analyzed the program 'Uma Praça em cada Bairro,' developed by this institution. After updating an evaluation matrix for this institution, we used the projects developed at Rua Actriz Palmira Bastos and Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo as case studies.

Considering the research conducted, it is possible to conclude that the urban requalification interventions conducted in the selected public spaces achieved part of the initially defined objectives. It is also possible to conclude that the update of the evaluation matrix proved to be correct, due to its scope, for including more dimensions of analysis than the initial matrix. Due to its scope, this updated matrix can be used in the evaluation of future urban requalification projects with an impact on public space.

Keywords: Public space, Urban Requalification, Lisbon, A Square in Every Neighborhood, Urban Planning

Índice

Resumo

1.	Introdução.....	1
1.1.	Organização do relatório.....	3
2.	Requalificação Urbana e Espaço Público.....	5
2.1.	Da requalificação urbana à regeneração urbana: aproximação dos conceitos.....	5
2.2.	Espaço Público.....	9
2.3.	A requalificação urbana para a melhoria do espaço público.....	12
3.	Metodologias e dimensões associadas à avaliação da requalificação.....	15
3.1.	PPS.....	15
3.2.	DGOTDU.....	18
3.3.	Jan Gehl.....	20
3.4.	Comparação das metodologias de avaliação do espaço público: Quadro de diferenças e semelhanças.....	22
3.5.	A dimensão de Cultura e Identidade/Caráter.....	24
4.	Opções metodológicas.....	27
5.	Caso de estudo.....	28
5.1.	Programa: “Uma Praça em cada Bairro”.....	28
5.1.1.	Avaliação dos espaços públicos pela Câmara Municipal de Lisboa.....	31
5.1.2.	Comparação com outros modelos.....	31
5.2.	Casos de estudo.....	36
5.2.1.	Rua Actriz Palmira Bastos.....	37
5.2.2.	Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo - Fonte Nova.....	41
6.	Aplicação da tabela de avaliação de indicadores urbanos.....	45
6.1.	Rua Actriz Palmira Bastos.....	45
6.1.1.	Avaliação da intervenção.....	50
6.2.	Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo - Fonte Nova.....	53
6.2.1.	Avaliação da intervenção.....	57
7.	Avaliação da tabela de indicadores urbanos.....	60
8.	Discussão e conclusões.....	62
9.	Balço de competências e conhecimentos adquiridos.....	65
	Referências bibliográficas.....	67
	Anexos.....	70

Índice de Figuras

Figura 1 - Praça da Figueira.....	11
Figura 2 - Praça do Comércio.....	11
Figura 3 - <i>What Makes a Great Place?</i>	15
Figura 4 - Critérios para avaliação do Espaço Público.....	20
Figura 5 - Mapa da cidade de Lisboa com <i>buffers</i> de 500 metros.....	30
Figura 6 - Locais identificados pelo buffer de 500 metros.....	36
Figura 7 – Enquadramento Rua Actriz Palmira Bastos.....	37
Figura 8 – Rua Actriz Palmira Bastos (2022).....	37
Figura 9 - Gráfico de caracterização da Rua Actriz Palmira Bastos.....	38
Figura 10 - Rua Actriz Palmira Bastos. Antes, Projetado e Atualidade.....	40
Figura 11 - Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo Antes e Atualidade.....	41
Figura 12 – Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo (2022).....	41
Figura 13 - Gráfico de caracterização da Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo.....	42
Figura 14 (...) 20 - Aplicação do questionário, Rua Actriz Palmira Bastos.....	47-49
Figura 21 e 22 - Aplicação do questionário, Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo.....	55-56
Figura 23 - Conceitos e as suas dimensões associadas.....	62

Índice de Quadros:

Quadro 1 - Aspetos característicos da requalificação.....	6
Quadro 2 - A evolução da regeneração urbana, uma aproximação ao conceito de requalificação.....	7
Quadro 3 - Tipologias de Espaço Público.....	10
Quadro 4 - Principais questões associadas à sociabilidade.....	16
Quadro 5 - Principais Ideias associadas aos usos e atividades.....	17
Quadro 6 - Principais questões associadas aos usos e atividades.....	17
Quadro 7 - Principais questões associadas a acessos e conexões.....	17
Quadro 8 - Principais questões associadas ao conforto e imagem.....	18
Quadro 9 - Critérios para a avaliação do Espaço Público.....	19
Quadro 10 - Critérios para avaliação do Espaço Público.....	21
Quadro 11 - Comparação das metodologias de avaliação do Espaço Público.....	22
Quadro 12 - A dimensão Cultural e Identitária ao longo das metodologias de avaliação do Espaço Público.....	25
Quadro 13 - Principais objetivos do programa <i>Uma Praça em Cada Bairro</i>	29
Quadro 14 - Metodologia da Câmara Municipal de Lisboa e as metodologias de avaliação do Espaço Público.....	31
Quadro 15 - Indicadores urbanos.....	32
Quadro 16 - Proposta atualizada da ficha de avaliação do espaço pública.....	34
Quadro 17 - Análise SWOT e Principais linhas de Ação, Rua Actriz Palmira Bastos.....	39
Quadro 18 - Objetivos de obra para a Rua Actriz Palmira Bastos.....	40
Quadro 19 - Análise SWOT e Principais linhas de Ação, Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo.....	42
Quadro 20 - Objetivos de obra para a Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo.....	44
Quadro 21 - Aplicação da tabela de avaliação de indicadores urbanos, Rua Actriz Palmira Bastos.....	46
Quadro 22- Objetivos definidos para a Rua Actriz Palmira Bastos.....	50
Quadro 23 - Aplicação da tabela de avaliação de indicadores urbanos, Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo.....	54
Quadro 24 - Objetivos definidos para a Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo.....	57

1. Introdução

O presente relatório insere-se no âmbito do mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Lisboa. Temos como tema central deste relatório de estágio, a avaliação de projetos de requalificação do espaço público.

O espaço público é um elemento essencial do ambiente urbano e, como tal, alvo regular de intervenções para os adaptar às necessidades e usos específicos de cada tempo. Nas últimas décadas, estas transformações têm sido centradas nos princípios da proximidade, sustentabilidade e funcionalidade dos espaços, adaptando-os assim às necessidades atuais dos seus utilizadores e das contemporâneas preocupações da sociedade. Apesar da importância das intervenções nos espaços públicos, reconhece-se uma lacuna no que diz respeito à avaliação dos impactos destas intervenções, o que levou Fernandes (2012) a afirmar que não existem metodologias institucionalizadas nem normativas que permitam uma avaliação transversal das intervenções no espaço público.

Para além disto, é de extrema importância considerar as várias dimensões do espaço público, quer a dimensão física, quer outras, mais associadas a aspetos de natureza simbólica. Desta forma, é possível observar e intervencionar o espaço de diferentes formas, adaptando os espaços da melhor forma possível face às necessidades da população. Estudar e avaliar o território, investigando e analisando as realidades do espaço público permite construir propostas não só teóricas, mas também práticas inovadoras (Alves, 2003), transversais entre as várias perspetivas urbanas, de acompanhamento contínuo e que permitam repensar a forma como olhamos sobre o nosso espaço público.

A necessidade de obter qualidade de vida nos ambientes urbanos encontra-se refletida na conceção dos espaços públicos de qualidade. Contudo, nem sempre isto é alcançado, sendo que alguns projetos de requalificação urbana podem não ser bem-sucedidos e provocar a sua menor utilização, por parte da população-alvo. Assim, é importante criar mecanismos de avaliação que permitam aferir acerca da pertinência e eficácia das intervenções no espaço público (Fernandes, 2012).

A reflexão sobre a avaliação do espaço público encontra-se, sobretudo, à escala intraurbana. Assim, existe a necessidade de analisar o nível local, de forma a compreendermos como os diversos elementos que compõem o ambiente urbano agem, interagem e se relacionam com os espaços públicos. Posto isto, a presente investigação e relatório de estágio tem como principal objetivo a compreensão dos impactos da requalificação urbana no espaço público. Neste relatório centramo-nos no programa “Uma Praça em cada Bairro”, em execução pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) desde 2014

com o objetivo principal de transformar e beneficiar vários espaços públicos desta cidade. Apesar da abrangência geográfica do programa, nem sempre se procede à sua avaliação ou esta é ancorada na recolha sistematizada de informação que permita verificar se os objetivos almejados foram alcançados. Esta é uma lacuna que não se circunscreve a estas intervenções. Com este trabalho, almejamos dar um humilde contributo para a minimização desta lacuna. Suportado por um estágio curricular desenvolvido naquela instituição, temos como ponto de partida uma lista de indicadores urbanos já utilizados pela CML. Partindo deste ponto, após discussão com responsáveis daquela instituição, analisamos se esta lista permitia analisar os projetos de requalificação de espaços públicos, de acordo com as várias dimensões de espaço público identificadas na bibliografia, recorrendo particularmente ao *Project for Public Spaces (PPS)*, ao modelo desenvolvido pelo Jan Gehl, e aos indicadores utilizados pela Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Com esta componente teórica conseguimos perceber quais as distintas dimensões que devem estar presentes num processo de avaliação de intervenções centradas no espaço público, aspeto particularmente relevante para comparar com as dimensões existentes na lista de indicadores em uso na CML. Para além dos modelos acima mencionados, a componente teórica do relatório foi suportada pelos conceitos de *Espaço Público e Requalificação Urbana*, recorrendo a textos disponíveis nos motores de busca científicos.

A componente prática do meu trabalho, conforme já foi referido, centrou-se no programa *“Uma Praça em cada Bairro”*, cuja principal fonte de informação foi o site da CML, assim como documentos disponibilizados aquando do meu estágio nesta instituição. Foram seleccionadas duas intervenções - Rua Actriz Palmira Bastos e Alameda Manuel Ricardo Espírito Santos - onde realizei trabalho de campo, através do recurso a inquéritos e fichas de observação, com o objetivo de conseguir informação para o preenchimento da ficha de indicadores, entretanto atualizada.

Por último, procedeu-se a uma avaliação, a dois níveis. Em primeiro lugar, as intervenções analisadas foram avaliadas de acordo com a ficha de indicadores atualizada e considerando os objetivos delineados pela CML para cada uma das intervenções. Em segundo lugar, discuto a pertinência da própria ficha como referencial para a presente e futura avaliação de projetos semelhantes.

1.1. Organização do relatório

A estrutura deste relatório acompanha a divisão descrita anteriormente, através dos seguintes capítulos:

Este 1º capítulo é dedicado a uma pequena introdução, onde é apresentada uma breve descrição do trabalho, bem como os seus objetivos definidos.

O 2º capítulo diz respeito ao conceito de espaço público e requalificação urbana, fazendo uma descrição e a sua correspondência com o ambiente urbano. Neste capítulo é possível observar ainda a diferenciação e aproximação do conceito de requalificação urbana e regeneração urbana e a diferente perceção que se encontra associada aos conceitos.

O 3º capítulo consiste em discutir as várias dimensões associadas à avaliação juntamente com a da requalificação urbana. Neste capítulo analisamos três metodologias de análise do espaço público, comparando a forma como estas se moldam tendo em consideração as várias dimensões consideradas. Ainda associado à avaliação da requalificação, é possível observar a introdução de uma nova dimensão do espaço público, a Cultura e Identidade/Caráter.

O 4º capítulo consiste em apresentar as opções metodológicas escolhidas para este relatório, considerando o estágio, a teórica e todo o trabalho prático a realizar.

O 5º capítulo é dedicado ao programa “Uma Praça em cada Bairro” e os respetivos casos de estudos escolhidos para este relatório. É realizada uma análise detalhada e objetiva de todo o programa, contemplando os seus objetivos, conceitos e enquadramento metodológico. É ainda realizada uma nova análise das três metodologias de análise do espaço público, juntamente com a metodologia utilizada pela Câmara Municipal de Lisboa. Relativamente aos casos de estudo, a Rua Actriz Palmira Bastos e a Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, é realizada uma análise que contempla uma análise *SWOT*, as principais linhas de ação, os elementos relativos à participação Pública, e os objetivos de obra, sendo ainda aplicada a tabela de avaliação de indicadores urbanos.

O 6º capítulo é dedicado à aplicação da tabela de indicadores urbanos para a avaliação do espaço público aos casos de estudo escolhidos. Neste capítulo a intervenção ocorrida na Rua Actriz Palmira Bastos e na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo são alvo de uma avaliação tendo em consideração a tabela de indicadores urbanos. São integrados os objetivos específicos definidos para cada obra (pela CML), confrontando-os com os resultados obtidos através da aplicação da tabela de avaliação de indicadores urbanos.

O 7º capítulo faz referência à avaliação da tabela de indicadores em si. Aqui é essencialmente demonstrado como a tabela de indicadores urbanos é pertinente para

avaliação do espaço público, justificando a mesma com um conjunto de versatilidades e benefícios existentes na tabela.

O 8º capítulo apresenta os resultados assim como uma pequena discussão em torno das considerações mais importantes deste relatório. Este capítulo permite construir um conjunto de considerações finais, bem como algumas recomendações no âmbito da avaliação do espaço público.

Por fim, o 9º capítulo é dedicado a um pequeno balanço de competências e conhecimentos adquiridos ao longo do estágio realizado na Câmara Municipal de Lisboa.

2. Requalificação Urbana e Espaço Público

2.1. Da requalificação urbana à regeneração urbana: aproximação dos conceitos

A requalificação urbana do espaço público é um fenómeno largamente experienciado pelas sociedades modernas, que pretende responder à crescente necessidade de repensar e transformar o espaço urbano, aproximando-se do que Roberts & Sykes, (2012) entendem por regeneração. São muitos os processos que geram diferentes resultados no espaço público urbano. Contudo, todos estão ligados pela mesma ideia, de transformar estes espaços com o intuito de os tornar mais atraentes, principalmente para os residentes e outros utilizadores.

Para esta investigação o conceito principal inerente é o conceito de **requalificação urbana**. Este consiste principalmente num conjunto de medidas que visam a promoção da vitalidade dos espaços urbanos em que atua, intervindo em casas, edifícios, promovendo emprego e os espaços públicos da malha urbana. A requalificação é, muitas vezes, equiparada a uma regeneração, ou *regeneration*, do termo em inglês, utilizado desde os anos 80 em Inglaterra, para dar uma nova vida ao espaço urbano, melhorando as condições de vida dos seus habitantes (Moreira, 2007).

A requalificação urbana é classificada como o eixo prioritário nas intervenções urbanas, possibilitando a operacionalização física e social, ou seja, permite (re)criar uma nova estética em função do desenho já existente de uma cidade (Rocha, 2019). Corroborando a informação anteriormente descrita, para Guerra et al., (2005), o eixo da requalificação urbana consiste num processo para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo e recuperando os equipamentos e infraestruturas, valorizando o espaço público tendo em consideração medidas de dinamização social e económica. Procura ainda a promoção de acessibilidade e centralidade associada a uma área.

Através do processo anteriormente descrito, podemos ainda observar uma revitalização das áreas mais deterioradas e antigas da cidade, normalmente associadas ao centro histórico. Contudo, a requalificação urbana não focaliza a sua influência exclusivamente para a área intervencionada, mas também, para as áreas envolventes, potencializando assim outros processos associados (Silva, 2011).

De acordo com Moreira (2007), o conceito de requalificação urbana engloba os desenvolvimentos das características de forma integrada ao longo do tempo de uma determinada área urbana em transição, derivado de um processo de declínio. Este engloba aspetos e características sociais, económicas, ambientais e físicas que podem ser associados a objetivos específicos deste processo, visíveis no quadro 1.

Quadro 1: Aspetos característicos da requalificação

<p>Aspetos sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tem como objetivo contrariar a segregação social, impedindo a criação de regiões marginalizadas, com o intuito de parar o ciclo de pobreza nas áreas urbanas, alterando a percepção social; • Promoção da gentrificação de classes com maior poder económico, aumentando a mobilidade social dos espaços.
<p>Aspetos económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaços para o desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações, adaptando às exigências dos novos consumidores; • Propensão para uma economia rentável, promovendo atividades criadoras de emprego; • Alteração e promoção de aspetos económicos a quem vive nas casas e nos edifícios da urbanidade afetada, mantendo uma atividade económica que permita a inclusão de quem utiliza o espaço.
<p>Aspetos ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de carga do território e dos seus respetivos recursos (habitação, saúde e educação), assegurando assim a toda a população benefícios e integração face à envolvente; • Expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como um agente de valorização da mesma, e não como agente de degradação; • Preservação ambiental em prol de uma manutenção social; • Requalificar para que futuramente esse espaço seja autossustentável, em que os níveis de manutenção sejam menores mantendo os níveis de qualidade de vida.
<p>Aspetos físicos e de imagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A imagem funciona como um quadro de referência que facilita o conforto e a rapidez de deslocação, constituindo um fator positivo de desenvolvimento pessoal dando sensação de segurança; • Requalificação integrada entre o modernismo e o funcionalismo;

Fonte: Moreira, (2007)

Neste sentido, o conceito de requalificação urbana tem evoluído constantemente em função dos atuais problemas verificados no espaço urbano (Silva, 2011). Contudo, é necessário abordar o conceito de regeneração urbana, primeiro para compreender a sua evolução temporal e segundo para perceber a sua aproximação ao conceito anteriormente descrito (requalificação urbana).

De acordo com Ercan, (2011, referenciado em Zheng et al., 2014), a regeneração urbana consiste numa integração abrangente de visão e ação, com o objetivo de resolver os problemas multifacetados de áreas urbanas necessitadas, com o intuito de melhorar as suas condições económicas, físicas, sociais e ambientais.

Este processo tornou-se um elemento importante da política urbana em muitos países e regiões, sendo a sua importância dividida por dois motivos. Em primeiro lugar, as pessoas mudam e vivem cada vez mais em áreas urbanas, em particular em áreas urbanas antigas,

dando assim origem à necessidade de regeneração do tecido urbano. Em segundo lugar, a regeneração urbana responde à crescente expansão urbana e à preocupação com a existência de grandes quantidades de espaços públicos abandonados, estando atualmente, intimamente ligada ao desenvolvimento sustentável (Zheng et al., 2014).

Considerando o quadro 2, podemos observar de forma descritiva a evolução da **regeneração urbana** e das suas constituintes, permitindo assim uma melhor compreensão e aproximação do conceito de **requalificação urbana**. Iniciando a análise pela década de 50, é possível constatar que a ênfase foi essencialmente a reconstrução e o foco em resolver os problemas físicos transmitidos no passado. Deste modo, lideradas pelo governo, com o apoio das autarquias locais e do sector privado, as prioridades da reconstrução levaram à utilização de técnicas de habitação e de construções industrializadas.

Quadro 2 - A evolução da regeneração urbana, uma aproximação ao conceito de requalificação

Período	1950	1960	1970	1980	1990
Tipo de Política	Reconstrução	Revitalização	Renovação	Redesenvolvimento	Regeneração
Estratégia e orientação	Reconstrução de áreas mais antigas, consideradas como o plano principal para o crescimento suburbano	Continuação da temática anterior, apostando na reabilitação das áreas suburbanas	Foco na renovação localizada, ainda localizada em áreas periféricas	Muitos esquemas importantes de desenvolvimento e redesenvolvimento, projetos fora da cidade	Mais para uma forma mais abrangente de política e prática; mais ênfase em tratamentos integrados
Principais atores e interessados	Governos nacionais e locais, setor privado	Divisão entre o setor privado e público	Crescimento do setor privado e a descentralização do governo local	Crescimento do setor privado, com um crescimento acentuado nas parcerias	Parcerias como agente dominante
Nível de atividade	Local	Regional	Regional e local	Local	Regional
Foco económico	Setor público e algum setor privado	Crescimento do setor privado	Constrangimentos no setor público e crescimento do privado	Crescimento do privado com fundos públicos seletivos	Divisão entre público, privado e voluntariado
Ambiente social	Melhoria da qualidade habitacional	Melhoria social e de bem-estar	Ações centradas em atribuir poder às comunidades	Autossuficiência das comunidades, com ajudas seletivas do governo	Ênfase no papel da comunidade
Ambiente físico	Substituição de áreas internas e desenvolvimento periférico	Alguma continuação de 1950 com reabilitação paralela de áreas existentes	Renovação mais extensa de áreas urbanas mais antigas	Principais esquemas de substituição e novos desenvolvimentos físicos	Mais modesto que 1980, património e retenção
Abordagem ambiental	Paisagem e aumento da área verde	Melhorias seletivas	Melhorias ambientais apoiadas na inovação	Aumento da preocupação de novas vertentes ambientais	Introdução da sustentabilidade de ambiental

Fonte: Roberts & Sykes (2012)

Seguindo para a década de 60, é possível observar uma mudança do local de atuação, consequência da evolução dos problemas urbanos. A realocação da população

para áreas suburbanas, juntamente com uma abordagem mais participativa e descentralizada do governo, levaram a um novo ajuste do conceito. No domínio da política urbana, esta mudança de prioridades resultou num maior foco na renovação.

Posteriormente, uma nova forma de pensar sobre a cidade surge, fruto de novas políticas urbanas, levando assim a uma expansão de mais e novas iniciativas durante a década de 70. Deste modo, associado à proliferação de iniciativas neste período estiveram uma série de tentativas para assegurar uma maior coordenação entre as vertentes económica, social e física anteriormente descuradas. A década de 80 surge como continuidade ao anteriormente descrito, tendo recebido modificações substanciais, nomeadamente a ideia de que o estado deveria proporcionar todas as intervenções necessárias em prol da modernização.

Na década de 1990, registaram-se novos ajustes na forma e no funcionamento da política urbana, com um regresso gradual ao reconhecimento de uma série de novos problemas e desafios urbanos. Esta mudança de posição influenciou a forma e o conteúdo da política urbana, nomeadamente a realização de intervenções urbanas. Um exemplo da nova formulação política dos anos 90, é a aceitação da necessidade de trabalhar de acordo com os objetivos ambientais de desenvolvimento sustentável.¹

Neste sentido, é possível compreender como evolução do conceito de regeneração urbana (e as suas respetivas constituintes) se aproxima do conceito de requalificação urbana, diferenciando-se apenas na sua área de atuação, sendo que a regeneração atua em grandes áreas e a requalificação é mais de cariz urbanístico. É possível constatar também uma clara preocupação física e social, havendo um crescimento da componente simbólica, ambiental e sustentável, refletida no conceito de requalificação.

Deste modo, também é possível justificar o termo “Requalificação Urbana” e a sua melhor aplicabilidade ao longo deste relatório aos casos de estudo.

¹ Texto desenvolvido tendo por base o documento Roberts, P., Sykes, H. (2012). Urban Regeneration: A Handbook. SAGE Publications Ltd.

2.2 Espaço Público

Apesar de, tal como visto anteriormente, o conceito de requalificação, assim como o de regeneração, incorporar distintas dimensões e a sua evolução ser no sentido de uma maior integração dos aspetos de natureza social e ambiental, a maioria das políticas de requalificação urbana tendem a concentrar os seus efeitos na vertente económica, negligenciando as várias dimensões que devem estar presentes nas intervenções de melhoria do espaço público. O conceito de espaço público surge então como algo extremamente dinâmico, comportando várias dimensões espaciais (ruas, jardins, estradas, parques...), sendo-lhe ainda atribuído várias características e funcionalidades.

De forma mais objetiva, o espaço público é considerado por Brandão (2008, p. 18) como:

“o espaço que é fundador da forma urbana, o espaço ‘entre edifícios’ que configura o domínio da socialização e da vivência ‘comum’, como bem coletivo da comunidade. Podendo em última análise, ser ou não de propriedade pública (e mesmo podendo ser não apropriável, como o espaço aéreo), os espaços públicos devem ser sempre vistos como bens de utilização livre, de acordo com um padrão de uso socialmente aceite. Ou, que traduzem uma interação equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma singularidade que os homens reconhecem facilmente”.

Segundo o Project for Public Spaces (PPS), o espaço público consiste em um lugar de negociação e interação, entre habitações, locais de trabalho e o mundo que nos envolve. É onde observamos, planeamos e transformamos o espaço que nos rodeia. O espaço público funciona como meio de comunicação, permitindo estabelecer serviços e infraestruturas mais adequadas.

De acordo com o arquiteto Manuel Salgado (Câmara Municipal de Lisboa, 2015), o espaço público é caracterizado por ser aberto e acessível, sendo ainda o palco de toda a vida pública, individual e coletiva. É também onde ocorrem trocas sociais e económicas, atribuindo identidade às cidades onde se encontram inseridos. Corroborando esta opinião, para Arendth (1972), espaço público é caracterizado por ser essencialmente um espaço da sociedade, sendo necessariamente um espaço simbólico que requer tempo para se formar e obter reconhecimento mútuo. Simboliza a realidade em ação, pois responde a discursos dos agentes políticos, sociais, religiosos e culturais.

Tendo em contas estas definições é notório que o espaço público tem inerente a perceção de bem coletivo para a comunidade, sendo assim um espaço de livre acesso a todos. O espaço público é ainda identificado como um espaço de vida pública, tanto individual como coletivo, privilegiado e criado para servir a população. Ou seja, tendo em consideração

Oliveira (2013), na ótica da sociabilidade, o espaço público propõe-se como um espaço de oportunidades sociais.

De acordo com Brandão (2008), um espaço público deve ser observado como uma estrutura contínua e integrada na cidade e não como uma unidade isolada e descaracterizada da sua envolvente. Neste sentido, os vários espaços públicos devem ser organizados e pensados, tendo em conta a sua inserção e envolvimento. Posto isto, de acordo com este autor (Brandão, 2008) é possível dividir o espaço público em 15 tipologias de acordo com seis características de espaço específicas: traçado, paisagem, deslocação, memória, espaços comerciais e gerados por edifícios, equipamentos e sistemas (quadro 3). Por sua vez, cada um dos espaços públicos encontra-se relacionado a um determinado objetivo específico, por exemplo: largos e praças são considerados como espaços de encontro, os miradouros têm como intuito a contemplação, as estações e paragens têm como objetivo o transporte, e os espaços monumentais remetem para memoriais.

Quadro 3 - Tipologias de Espaço Público

Espaços - Traçado	Encontro Circulação	1. Largos, praças 2. Ruas, avenidas
Espaços - Paisagem	Lazer – natureza Contemplação	3. Jardins, parques 4. Miradouros, panoramas
Espaços - Deslocação	Transporte Canal Estacionamento	5. Estações, paragens, interfaces 6. Vias-férreas, auto estradas 7. <i>Parking</i> , silos
Espaços - Memória	Saudade Arqueologia Memoriais	8. Cemitérios 9. Industrial, agrícola e serviços 10. Espaços monumentais
Espaços comerciais	Semi-interiores Semi-exteiores	11. Mercados, centros comerciais 12. Mercado levante, quiosque
Espaços gerados	Por Edifícios Por equipamentos Por sistemas	13. Adro, passagem, galeria, pátio 14. Culturais, desportivos, religiosos 15. Iluminação, mobiliário, comunicação

Fonte: Brandão (2008)

Naturalmente, a praça é o tipo de espaço público que detém um maior peso ao longo desta investigação sendo assim necessário proceder à sua definição e interpretação da evolução.

De acordo com Vaz (2005), considerando todos os espaços públicos urbanos, a praça é a que desempenha um papel peculiar, na medida em que a sua posição privilegiada na cidade garante um desenvolvimento permanente, seguindo a cidade onde se encontra integrada. Uma centralidade, tal como uma praça, é decorrente da sua atratividade, integrando comércio, vida social, natureza, de modo a exercer um efeito de atratividade sobre a sua envolvente. A sua identidade, sentimento de pertença são características que reforçam

a sua cultura identitária, afirmando assim a existência de um sentimento de pertença que produz reconhecimento individual por parte do espaço e coesão social. Posto isto, é constituída pela memória coletiva dos seus integrantes e dos seus utilizadores, evocando significado que modifica os espaços urbanos. As centralidades urbanas atuam como elementos articuladores, que contribuem para o ordenamento da cidade.

A Praça, conhecida também por *piazza*, *plaza*, *place* ou *square*, é um conceito que advém da própria cultura urbana europeia, encontra-se relacionada com a própria fisionomia do espaço urbano, normalmente rodeada por edifícios que ajudam a delimitar a área em si. Atualmente, não existe nenhuma cidade que não possua uma praça que seja de referência, que seja conhecida e associada a um espaço de convergência e centralidade (Dall'Igna Ecker, 2020). Para a cultura ocidental, as praças têm desempenhado um papel essencial: toda cidade possui uma praça que se destaca como símbolo urbano, palco de eventos, espaço referencial (Sitte, 1992). Na configuração de muitas cidades, a praça consiste ainda em uma rutura no edificado que se encontra ao seu redor, definindo um ponto central para as práticas de sociabilidade, sendo exemplo a Praça da Figueira e a Praça do Comércio em Lisboa (figura 1 e 2). Posto isto, as praças são tidas como locais com uma configuração singular, de grande valor simbólico, que possuem caráter de centralidade e identidade, sustentadas por um património rico, assente na tradição da cidade.



Figura 1 e 2- Praça da Figueira e Praça do Comércio

Fonte: Google Photos

2.3. A requalificação urbana para a melhoria do espaço público

Nas últimas décadas tem se vindo a assistir a uma gradual transformação da malha urbana e socioeconómica, fruto dos vários procedimentos de requalificação urbana, por vezes realizados especificamente para usos turísticos. As intervenções urbanas no edificado e no espaço público tem, de acordo com André et al., (2018), adquirido uma importância crescente numa perspetiva que é relacionável não só pela necessidade de promover, valorizar e preservar o património arquitetónico, mas também pela necessidade de re-funcionalizar o espaço público, adaptando-o às necessidades da população e dos serviços envolventes.

As cidades têm sofrido elevadas transformações, tornando-se assim mais elaboradas e complexas, fruto da elevada volatilidade do espaço público que é caracterizado por incorporar diferentes dimensões, como por exemplo, a sociedade, cultura, política, economia. De acordo com a Câmara Municipal de Lisboa (2015), é a partir do espaço público que se cria uma forma de centralidade que pode conjugar vida social e emprego, consagrando assim aquele local como um espaço público de excelência e um local de bem-estar.

Com o desenvolvimento e o crescimento das cidades associado a processos de globalização, são várias as preocupações e objetivos que surgem conseqüentemente, tornando-se potencialmente conflituosos e distintos. Decorrente disso, é necessário que o desenvolvimento das cidades e das suas respetivas estratégias sejam em prol da promoção da coesão territorial e social, apoiado numa abordagem articulada que promova o desenvolvimento urbano e colmate as necessidades da população, uma vez que estes possuem riqueza, conhecimento e dinamismo socioeconómico e cultural (Lopes, 2016).

De forma a maximizar o desenvolvimento das cidades, tendo em conta estratégias de promoção da coesão territorial é necessário que se criem novos espaços públicos ou que se requalifiquem os já existentes, contemplando características como a segurança e o conforto. Neste sentido, é essencial que a requalificação urbana do espaço público não integre exclusivamente a componente material e visível (de natureza física), mas também questões imateriais, tal como o próprio envolvimento da população e a criação de uma identidade exclusiva e distinta que torne o espaço atrativo, a fim de o devolver aos seus utilizadores (Lopes, 2016). Contudo, este processo tornou-se um elemento importante em todas as dimensões da política urbana moderna em muitos países (desenvolvidos e em desenvolvimento). Neste sentido, é notória uma tendência geral nas últimas décadas de declínio da população em residir em áreas centrais das cidades contemporâneas, devido ao aumento da residência em áreas urbanas mais antigas, mais acessíveis e alheias ao centro histórico potencialmente gentrificado. Desta forma, é dada primazia à necessidade de intervenção no espaço urbano e da própria necessidade de responder à expansão urbana

sustentada pela grande quantidade de espaços públicos abandonados, considerando ainda o desenvolvimento sustentável (Zheng et al., 2014).

Os espaços públicos sempre desempenharam um papel importante ao longo do tempo, refletindo a sua importância ao longo de vários campos e funções, desde abrigos, interação social, economias localizadas e serviços. Naturalmente, a importância relativa de cada uma destas funções tem vindo a sofrer várias alterações ao longo do tempo, criando novas necessidades associadas ao próprio espaço, à sua utilização e obtenção bem como a criação de todo um leque de instalações complementares. De acordo com as alterações ao longo dos anos, determinados espaços urbanizados deixaram de ter as funções que lhe eram características ou não se encontram ajustadas às novas necessidades, justificando assim que seja alvo de intervenções de requalificação urbana.

De acordo com Rocha (2019), o sucesso dos espaços públicos é determinado pela qualidade do espaço, tanto do ponto de vista estético, como do ponto de vista do conforto, mas também pelos usos e funções que esses espaços oferecem para a população. Sendo assim, os projetos de requalificação urbana do espaço público precisam de ponderar a sua funcionalidade e adaptabilidade (Boavida-Portugal, 2004), sendo cada vez mais evidente que as estratégias de desenvolvimento do território devem conciliar as necessidades sociais com a melhoria do espaço público.

Os espaços públicos das cidades mudam com o tempo, sendo esse processo de mudança inevitável e deve ser visto como algo tendencialmente benéfico. Esta evolução encontra-se intrinsecamente relacionada com a atividade e o sistema político, económico e social, gerando constantemente novas necessidades e oportunidades de progresso, o que permite uma evolução saudável, adaptável e consistente. Este processo é benéfico porque a própria existência dos espaços públicos cria oportunidades para ajustar e melhorar as suas próprias condições urbanas.

“(...)in the city, remote forces and influences intermingle with the local: their conflicts are no less significant than their harmonies (...)” (Mumford, 1940, p. 4).

Observando a ideia de Mumford, podemos constatar uma concordância com as ideias anteriormente referidas. Expandindo as fronteiras dos espaços públicos urbanos, passando este a relacionar-se com a sua envolvente harmoniosamente é possível constatar um ganho significativo no que diz respeito ao seu processo evolutivo. Ao expandir as fronteiras dos espaços públicos, quer sejam estas físicas ou simbólicas, é possível encontrar uma tendência típica, o espaço adicional requalificado e reorganizado, que funciona como fator exponencial para o aumento de casas, população e serviços. Esta tendência, agregada com a função

política, permite a criação de um meio de resposta que possibilita manter e melhorar as condições das cidades e mais especificamente dos seus espaços públicos.

No presente, a cidade de Lisboa, detentora de elevado carácter simbólico, acompanhado de uma localização atrativa e central, experiencia um contexto de grande mudança, passando por um processo de criação de experiências no campo do urbanismo e de transformações de infraestruturas, caracterizada pela convergência entre a componente histórica e a modernização constante.

Contudo, face à competitividade urbana da cidade de Lisboa, esta tem-se deparado com um grande desafio, reflexo da globalização e da ambição de se integrar de forma mais intensa na economia mundial, que visa a aproximação de um modelo que futuramente e com base no contexto europeu e internacional pretende alcançar um equilíbrio saudável entre a coesão urbana e social (Francisco, 2005). Esta ambição passa por repensar o seu espaço urbano, tendo em conta o fluxo de bens, pessoas e capitais. Consequentemente, os desafios ambientais associados ao acréscimo da pressão demográfica e aos desafios referentes às atividades económicas, nomeadamente o aumento do turismo, são também peças fundamentais. O redimensionamento quantitativo e qualitativo da cidade de Lisboa confere uma visão que irá criar uma estratégia de desenvolvimento, visando assim uma identidade própria, apoiada em um mecanismo de decisões que visa a construção de uma cidade moderna e ponderada para o futuro (Francisco, 2005).

A internacionalização e a modernização da cidade de Lisboa representaram um grande desafio agregado à globalização, especialmente para a componente urbana. Neste sentido, é necessário pensar e regenerar a cidade e o seu respetivo espaço público, de forma que se possa beneficiar diretamente da experiência da globalização, analisando os seus impactos de forma a aferir a sua relação (positiva ou negativa) com a cidade (Silva, 2000).

3. Metodologias e dimensões associadas à avaliação da requalificação

3.1. Project for Public Spaces (PPS)

O *Project for Public Spaces (PPS)*, é uma organização sem fins lucrativos sediada em Nova Iorque que procura criar e manter os locais públicos que constroem e dão coesão às comunidades. Esta organização propõe o conceito de *Placemaking*, representado pelo Diagrama do Lugar. O diagrama proposto pelo PPS (fig. 3) propõe que a maioria dos espaços públicos saudáveis compartilham quatro características fundamentais para o seu sucesso e bem estar generalizado: **sociabilidade, usos e atividades, acessos e ligações, conforto e imagem.**

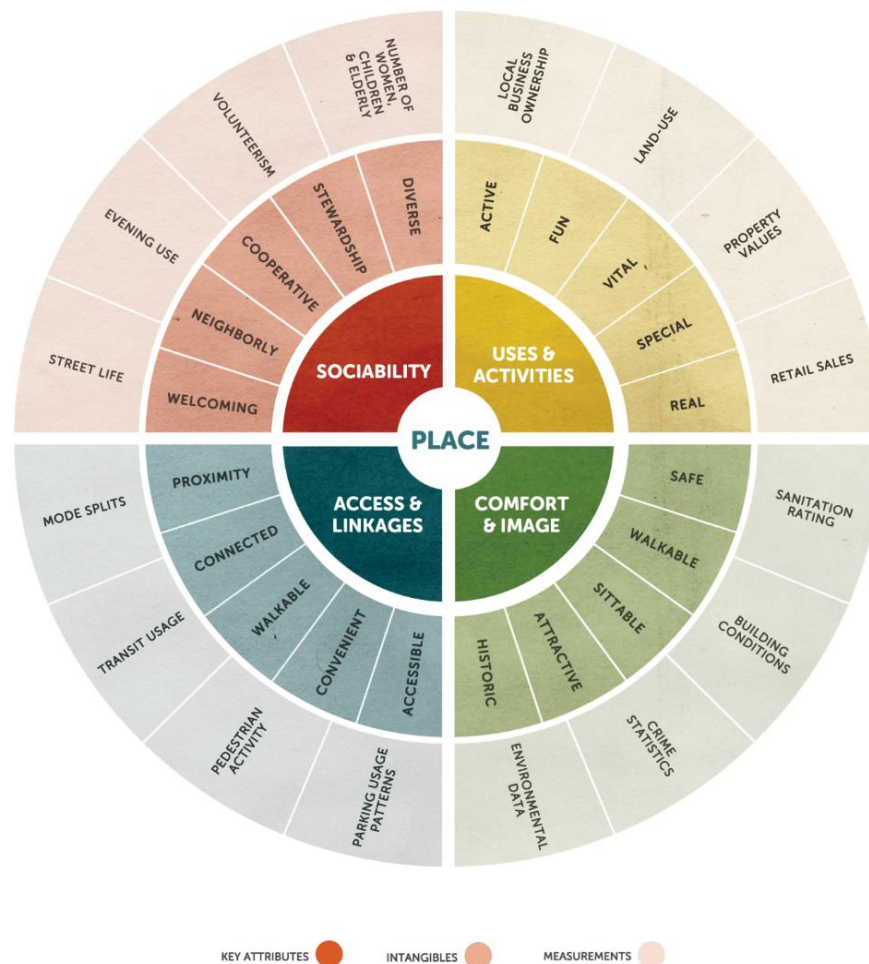


Figura 3 - *What Makes a Great Place?*

Fonte: PPS, Project for Public Spaces, *What makes a successful Space?*, s.d.

A leitura e utilização do diagrama de lugar deve procurar uma resposta objetiva às questões principais definidas pelo mesmo e deve ser simplificada, de forma a permitir a sua utilização a todos os cidadãos. Observando o diagrama representado acima, é

possível observar que o seu ponto central é o Lugar (*Place*), podendo este ser representado por uma rua, uma praça ou um jardim. O Lugar, sendo associado a um espaço público que pode ser utilizado por todos, pode ser avaliado tendo em conta quatro critérios principais: a sociabilidade, usos e atividades, acessos e ligações, conforto e imagem. Posto isto, dentro dos critérios principais encontram-se vários aspetos quantitativos e mensuráveis que podem ser utilizados para a realização da avaliação de determinado espaço público.

Em relação à **sociabilidade**, visível no quadro 4, é considerada um dos mais importantes fatores de determinação de um bom espaço público e talvez o mais difícil de alcançar, contudo, quando isso acontece as chances de sucesso deste espaço são mais elevadas. Quando existe um forte sentimento de pertença e interação entre a comunidade residente e não residente é possível constatar uma das melhores qualidades de um espaço público acessível e democrático.

Quadro 4 - Principais questões associadas à sociabilidade

<u>Principais</u> <u>questões</u> <u>associadas à</u> <u>sociabilidade</u>	Gostaria de trazer os seus amigos para este lugar?
	As pessoas encontram-se com os seus amigos neste espaço?
	As pessoas estão em grupo?
	Há interação entre eles?
	As pessoas que interagem parecem se conhecer?
	As pessoas mostram o lugar com orgulho perante as suas características?
	As pessoas estão a sorrir?
	Elas fazem contato visual umas com as outras?
	O espaço é utilizado ao longo do dia?
	É possível ver pessoas de diferentes idades ou etnias?
	As pessoas colaboram com a limpeza do lugar?

Fonte: PPS, Project for Public Spaces, What makes a successful Space?, s.d.

Tendo em conta os **usos e atividades** (quadro 5 e 6), são elementos essenciais para uma boa avaliação do espaço público na medida em que mede a utilização de determinado espaço. A atração dos espaços é essencial para a sua sobrevivência, é importante não só para quem lá vive, mas também quem frequenta o espaço e não é residente. Sendo assim, a existência de elevados números de pessoas é proporcional à sua atratividade.

Quadro 5 - Principais ideias associadas aos usos e atividades

<u>Principais</u> <u>Ideias</u> <u>associadas</u> <u>aos usos e</u> <u>atividades</u>	O número de pessoas é proporcional à atratividade de um espaço público
	É necessário a existência de um plano de uso e atividades que promova a igualdade de oportunidades aos diferentes géneros
	Necessidade de existência de uma oferta chamativa a várias faixas etárias
	Forte presença ao longo das várias horas do dia
	Contínua administração do espaço público, de modo a promover a sua manutenção

Fonte: PPS, Project for Public Spaces, What makes a successful Space?, s.d.

Quadro 6 - Principais questões associadas aos usos e atividades

<u>Principais</u> <u>questões</u> <u>associadas</u> <u>aos usos e</u> <u>atividades</u>	O espaço é utilizado ou encontra-se ao abandono?
	É utilizado por pessoas de várias faixas etárias?
	É possível ver pessoas em grupo?
	Qual a variedade da oferta que se pode encontrar?
	Que atividades são possíveis de efetuar no espaço?
	Há espaços utilizados e outros não?
	Existe responsáveis pela administração e manutenção do espaço?

Fonte: PPS, Project for Public Spaces, What makes a successful Space?, s.d.

Considerando os **acessos e conexões** (quadro 7), é possível entender que estes se encontram relacionados com o espaço público na medida em que tudo o que lhe rodeia encontra-se conectado e acessível. Um bom espaço público é considerado permeável, na medida em que é fácil de o atravessar, utilizar e encontra-se claramente delimitado. Os espaços públicos acessíveis encontram-se integrados aos sistemas de transporte público, calçadas e ciclovias, além de serem bem localizados dentro do tecido urbano da cidade.

Quadro 7 - Principais questões associadas a acessos e conexões

<u>Principais</u> <u>questões</u> <u>associadas a</u> <u>acessos e</u> <u>conexões</u>	É possível observar este espaço à distância?
	Existe uma boa conexão entre o espaço e os edifícios adjacentes?
	A população residente utiliza este espaço?
	É possível caminhar até ao lugar?
	Existe algum caminho oficial para chegar ao lugar?
	O espaço é acessível para pessoas com dificuldades de locomoção?
	Existem diferentes formas de chegar até ao lugar?

Fonte: PPS, Project for Public Spaces, What makes a successful Space?, s.d.

Relativamente ao **conforto e imagem** (quadro 8), este está relacionado com as oportunidades que o espaço público oferece ao nível do mobiliário urbano. O conforto, a segurança e a limpeza são pontos essenciais, privilegiando-se espaços limpos, mais frequentados por mulheres do que por homens e onde seja observada diversidade de género e de idades.

Quadro 8 - Principais questões associadas ao conforto e imagem

<u>Principais</u> <u>questões</u> <u>associadas ao</u> <u>conforto e</u> <u>imagem</u>	Este lugar causa uma boa primeira impressão a quem o utiliza?
	Este é um lugar onde uma mulher se sentiria confortável e segura?
	Há lugares para sentar e acessíveis?
	O espaço encontra-se limpo?
	Qual é a relação entre veículos e pessoas?

Fonte: PPS, Project for Public Spaces, What makes a successful Space?, s.d.

Em suma, é possível constatar que esta metodologia de avaliação do espaço público é caracterizada pela sua simplicidade e eficácia, contempla os aspetos essenciais que devem ser observados no espaço público, sendo ainda de fácil percepção e interpretação para os cidadãos, proporcionando assim uma possível auto investigação de soluções por quem frequenta o espaço.

É ainda importante considerar que esta metodologia considera pontos e questões de elevada pertinência que vão de encontro a vários temas debatidos na atualidade, do qual é exemplo a igualdade de género e a utilização do espaço público pela mulher.

3.2. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DGOTDU

Resultante da adaptação do livro "*O chão da cidade*" (2002), foram definidos 7 critérios e parâmetros da qualidade do espaço público pela Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DGOTDU. É perceptível, analisando o quadro 9 que os critérios definidos formulam a avaliação do espaço público, não só das características que devem assegurar para manter a sua qualidade, mas também pela percepção que o utilizador do espaço e o residente têm face à envolvente. Aqui podemos ainda observar critérios de sustentabilidade e acessibilidade, que resultam da evolução das necessidades urbanas. De forma mais pormenorizada, esta metodologia divide-se entre critérios gerais e específicos. Os critérios gerais referem-se às características qualitativas do espaço, como por exemplo, a identidade, continuidade e permeabilidade, segurança, conforto, apazibilidade, acessibilidade e mobilidade, diversidade e adaptabilidade, robustez e resistência

sustentabilidade; critérios estes que se caracterizam pela sua importância num determinado espaço público. Os critérios específicos contemplam uma escala mais micro do espaço público. Esta metodologia é consideravelmente mais prática do que as restantes analisadas neste trabalho.

Quadro 9 - Critérios para avaliação do Espaço Público

<p>Identidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promove o carácter formal e os significados reconhecíveis no local; • Promove os padrões característicos da cultura e do desenvolvimento local; • Promove a criação de novos elementos de diferenciação. <p>Continuidade, permeabilidade,</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporciona uma boa integração no contexto e na malha urbana; • Possibilita o reconhecimento, diurno e noturno de marcos de orientação; • Estabelece uma clareza de delimitações, entre espaço público e privado. <p>Segurança, conforto, apazibilização</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promove a segurança de pessoas e bens e a relação segura peões – tráfego; • Oferece qualidade visual e relação intensa e agradável com a envolvente; • Incorpora critérios de conforto, utilidade, ergonomia para os utentes. <p>Acessibilidade e mobilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferece facilidade de movimentação, e/ou de atravessamento e/ou ligação; • Promove a interligação dos padrões de movimentação (modos e percursos); • Atento às expectativas e necessidades no uso do espaço, sem exclusões. 	<p>Diversidade e adaptabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade para adaptação a usos diversos e a possíveis mudanças futuras; • Compatibilidade com a escolha de diferentes serviços e equipamentos; • Promove a diversidade formal (natural/artificial) e alternativas de vivência. <p>Robustez e resistência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação às solicitações do uso e desgaste e aos elementos do clima; • Adequação à prevenção do vandalismo; • Adequação ao maior tempo útil de vida possível, diminuindo a manutenção. <p>Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Económica – é viável no tempo, produz valor superior ao consumido; • Ambiental – com pouco impacto ecológico, na construção e manutenção; • Social – corresponde às aspirações e necessidades, promove a equidade; • Cultural – reconhecimento dos significados, com clareza e consistência.
---	--

Fonte: Brandão (2008)

Como constatado, observando o quadro 9, podemos verificar que existe uma preocupação com o carácter da sustentabilidade, nas dimensões da economia, ambiente, sociedade e cultura. De salientar que a necessidade de acompanhar as atuais preocupações ambientais relevam a importância da dimensão da sustentabilidade. Neste sentido, de acordo com Cardoso (2022), a sustentabilidade ambiental no âmbito urbano é muito mais do que criar e aumentar espaços verdes, é saber aproveitar esses espaços, aplicando os mesmos às necessidades do local onde se encontra inserido.

3.3. Jan Gehl

O direito à utilização do espaço público urbano é um direito fundamental quando falamos na utilização e desenvolvimento da cidade. A proximidade e o acesso a um espaço verde ou um espaço de lazer é algo que deve ser considerado quando se requalifica o espaço público. Bairros bem planeados inspiram a uma maior conexão e a uma utilização mais coordenada e homogênea do espaço, evitando assim o abandono por parte dos cidadãos residentes. Posto isto, é necessário não só haver uma adaptação da cidade aos seus utilizadores, mas também uma adaptação dos residentes à cidade onde se encontram inseridos, acompanhando assim o seu desenvolvimento, corroborando assim a afirmação de Jan Gehl (2010, p.9): “First we shape the cities – then they shape us”.

As cidades são locais onde as pessoas se encontram para trocar ideias, comprar e vender, ou simplesmente relaxar e se divertir. O domínio público de uma cidade, as ruas, praças e parques é o palco e o catalisador de todas as atividades urbanas. Deste modo, o urbanista Jan Gehl define, através do livro *Cities for People* (2010), um conjunto de 12 critérios (quadro 10 e figura 4), através dos quais é possível a qualidade de determinado espaço público.



Figura 4 - Critérios para avaliação do Espaço Público

Fonte: Baratto (2013)

Quadro 10 - Critérios para avaliação do espaço público

Proteção contra o Tráfego	Propõe que as cidades devem oferecer segurança aos pedestres. A locomoção em total segurança face ao tráfego e aos acidentes deve ser assegurada em todas as constituintes do espaço público. Outra variável aqui presente é ainda a educação sobre a precaução rodoviária, cultivando a segurança, desacreditando o receio do tráfego.
Segurança nos espaços públicos	A segurança nos espaços públicos é necessária para que se promova a circulação das pessoas nos mesmos. É também importante que a iluminação seja uniforme e suficiente para promover uma sensação de qualidade e segurança, principalmente ao realizar atividades noturnas.
Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis	Muitas das ocasiões encontramos dependentes das condições climáticas para a realização de atividades ao ar livre. Posto isto, os espaços públicos devem promover áreas adequadas para a proteção dos indivíduos que utilizam o espaço, proteção contra o calor, chuva e vento evitando uma experiência sensorial desagradável. Associado a este critério surge a primeira noção de sustentabilidade, se considerarmos que os espaços verdes ajudam a reduzir o impacto da sensação térmica, a poluição e o próprio ruído. A sua multiplicação ao longo dos espaços públicos da cidade deve ser uma medida incentivada pelos órgãos de administração responsáveis.
Espaços para caminhar	De forma a aumentar a sua acessibilidade e atração, os espaços públicos têm de apresentar características próprias em toda a sua extensão. Neste sentido, a regularidade das fachadas e pavimentos garantem o acesso a todos. Ainda a considerar neste critério temos a acessibilidade. Pavimentos regulares sem obstáculos excessivos proporcionam um acesso mais inclusivo e adequado para todos os que tenham alguma deficiência motora.
Espaços de permanência	A agradabilidade proporciona um maior tempo de permanência nos espaços públicos, critério de elevada importância pois através do mesmo é possível avaliar a qualidade do espaço público.
Ter onde sentar	Quando avaliamos um espaço público é importante, não só a forma de acesso até ao mesmo, mas também a experiência e a permanência que é disponibilizada. Ter acesso a um banco ou a dispositivos que permitam o repouso é importante pois mostra que a funcionalidade do espaço coexiste com a sua funcionalidade de proporcionar bem estar. Com isto, o mobiliário urbano não só organiza a circulação de pessoas que utilizam o espaço, mas também atribui funções próprias a determinados lugares (espaços de lazer, descanso, etc.).
Possibilidade de observar	A experiência visual é importante na medida que permite observar as várias perspetivas da cidade, percecionando o enquadramento do espaço público na mesma.
Oportunidade de conversar	Os espaços públicos, como locais de encontro, devem contar com um mobiliário urbano que incentive a interação entre as pessoas. De forma que isto seja possível, os níveis de ruído e conforto devem ser aceitáveis, conforme as necessidades.
Locais para se exercitar	O lazer é um fator importante quando consideramos um espaço público. Este critério, associado ao incentivo de um estilo de vida mais ativo, visa estabelecer que os espaços públicos devem garantir o acesso a mobiliário urbano de desporto a todos os cidadãos utilizadores do espaço.
Escala Humana	A perceção humana face a cidade e o espaço público é um critério de elevada importância. É importante que o utilizador do espaço sinta que as dimensões das infraestruturas não superem a sua própria escala humana. Por exemplo, a cidade e seus espaços públicos deveriam ser constituídos a partir de uma escala humana, levando em conta a perspetiva dos olhos das pessoas.
Possibilidade de aproveitar o clima	O aproveitamento do enquadramento topográfico e climatológico é importante para potencializar as atividades realizadas ao ar livre.
Boa experiência sensorial	Todos os locais que contemplam a definição do espaço público tendem a aproximar as pessoas a nível dos seus sentidos. Posto isto, é necessário cultivar o encontro entre o espaço público e a natureza (assumindo a natureza como provedora sensorial). Ainda associado a isto temos a qualidade do mobiliário urbano que intensifica a experiência.

Fonte: Baratto (2013)

3.4. Comparação das metodologias de avaliação do espaço público: Quadro de diferenças e semelhanças

Como mencionado previamente, associado ao conceito de requalificação urbana é possível encontrar agregado um conjunto de características ou dimensões que surgem como resultado do desenvolvimento das suas características. Estas dimensões são: **social, económico, física e ambiental**:

Social: Surge com o intuito de contrariar a segregação social existente, proteger a diversidade cultural existente, garantindo a continuação da execução dos direitos humanos.

Económico: Consiste na procura de um equilíbrio realista entre a contínua produção de bens e serviços e a sua justa distribuição, bem como a da riqueza acumulada.

Físico: Concentra a necessidade de obter conforto com a utilização do espaço, considerando-se essencialmente os aspetos morfológicos do aglomerado urbano, como as plantas e os edifícios.

Ambiental: Consiste essencialmente na capacidade de carga do território, considerando os seus respetivos recursos naturais e antrópicos. A necessidade de constituir espaços autossustentáveis advém desta dimensão.

Observando o quadro 11, é possível constatar como é que diferentes metodologias que visam à avaliação do espaço público se comportam quando as suas componentes são distribuídas e associadas às várias dimensões do conceito de requalificação urbana. Diferentes metodologias têm diferentes critérios, contudo, é possível perceber a expressão de cada dimensão dentro de cada metodologia.

Quadro 11 - Comparação das metodologias de avaliação do Espaço Público

Dimensões associadas à Requalificação	Social	Económico	Físico	Ambiental
PPS	Sociabilidade	Usos e atividades	Acessos e ligações	Conforto e imagem
DGOTDU	Segurança, conforto e apazibilidade; Acessibilidade e mobilidade	Diversidade e adaptabilidade	Identidade; Continuidade e permeabilidade	Sustentabilidade; Robustez e resistência
Jan Gehl	Locais onde exercitar; Oportunidade de conversar; Segurança nos espaços públicos; Proteção contra o tráfego	-----	Escala Humana; Possibilidade de observar; Ter onde sentar; Espaços para caminhar; Espaços de permanência	Boa experiência sensorial; Possibilidade de aproveitar o clima; Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis

Fonte: Própria a partir de PPS, Baratto (2013), Brandão (2008)

No modelo **PPS**, é possível constatar que todas as dimensões se encontram representadas com igual importância. No que diz respeito à sociabilidade, integrada na dimensão social do conceito de requalificação, podemos constatar que é dada uma maior ênfase ao sentido de integração pela comunidade, incentivando um espaço público acessível e igualitário. A dimensão económica contempla os usos e atividades do território, sendo possível observar um claro incentivo ao aumento da atratividade do espaço público, não só para o residente mas também para o utilizador não residente. Observando a dimensão física, é possível constatar que se reflete maioritariamente com a elevada preocupação em como é que o espaço público se relaciona com a sua envolvente, ou seja, a sua permeabilidade. A última dimensão que se encontra refletida no PPS, conforto e imagem, observamos uma crescente preocupação com a sustentabilidade e o ambiente (ainda que a sua expressão seja insuficiente), as oportunidades de acesso, o conforto e os elementos naturais são algo que passa a ser necessário a ter em consideração.

Em seguida observamos os indicadores utilizados pela **DGOTDU**, sendo possível constatar que, novamente, todas as dimensões se encontram uniformemente representadas. Relativamente à dimensão social, conseguimos perceber que existe um privilégio da segurança e da mobilidade, promovendo uma relação saudável entre o indivíduo e a respetiva envolvente, associada a uma ideia de facilidade de movimentação. Do ponto de vista económico podemos observar que o foco é direcionado apenas para a adaptabilidade do espaço, promovendo a sua compatibilidade entre os diferentes serviços e equipamentos existentes. Nesta metodologia, as dimensões económica e física são complementares, sendo que a adaptabilidade depende dos fatores de continuidade e permanência que se encontram presentes no físico. A possibilidade de uma maior integração na malha urbana permite que o espaço público se adapte de forma mais coerente e dinâmica com a envolvente. Finalizando esta metodologia de avaliação do espaço, é necessário analisar a forma como a última dimensão (ambiental) se perpetua. É possível observar aqui um crescimento das preocupações ambientais e de sustentabilidade, que surge da adaptabilidade da metodologia face às necessidades e tendências atuais, integrando questões que incluem os vários eixos da sustentabilidade (económica, social, ambiental e cultural) e a adequabilidade do solo do uso.

Finalmente, a última metodologia de análise de **Jan Gehl** distingue-se pela sua distribuição particular no que diz respeito às dimensões da requalificação urbana do espaço público. É possível constatar um considerável aumento das questões ambientais e do ambiente físico, que se encontra fortemente relacionado com a dimensão social.

É possível concluir que aqui existe uma maior preocupação com o bem estar de quem utiliza o espaço (ideologia que advém da própria vertente teórica desta metodologia). A forma como o espaço público serve quem o utiliza é privilegiada, na medida em que é dada primazia

à segurança e ao conforto, apelando ao sentido de lugar, à identidade e às sensações. Aqui é ainda possível observar um crescimento evidente do domínio ambiental na medida em que, a boa experiência que é transmitida pelo espaço público, ancorada na dimensão ambiental (presença de árvores, sombra proveniente das mesmas etc.) é essencial para a avaliação positiva do respetivo espaço.

3.5. A dimensão de Cultura e Identidade/Carácter

Na sequência das reuniões com periodicidade mensal realizadas com a Câmara Municipal de Lisboa, a dimensão de Cultura e Identidade/Carácter surge como uma sugestão de reflexão para uma nova dimensão integrante do espaço público, permitindo assim um melhor e mais completo entendimento sobre o mesmo.

A identidade cultural caracteriza-se por ser um conjunto híbrido de elementos que definem a cultura identitária de um povo, ou seja, permite que este se distinga e se reconheça enquanto agrupamento cultural diferenciado. Posto isto, a questão identitária é precisamente um padrão que identifica uma determinada cultura, funcionando como mecanismo criador de laços que interliga um determinado grupo e que mostra a necessidade de preservar o lugar, adaptando a sua própria identidade às necessidades atuais (Porfírio, 2022).

É de elevada dificuldade compreender em que consiste a identidade cultural pois é um conceito dinâmico, difícil de estabilizar, que depende da própria cultura e da sociedade onde se encontra inserido. Neste sentido, a evolução da globalização é, atualmente, um dos maiores perigos à identidade cultural pois desafia a necessidade de determinação de padrões culturais, o que contraria a exclusividade de uma determinada cultura.

Posto isto, será necessário considerar a cultura e identidade e /carácter do lugar como elementos integrantes das dimensões desenvolvidas pelo conceito de requalificação cultural, e por sua vez, como um novo elemento que contribui para uma melhor compreensão e avaliação do espaço público. A cidade, enquanto alvo de avaliação e transformações constantes, permite que se realize uma observação mais detalhada na sua microescala, refletindo assim o presente. A observação, incisiva sobre um determinado espaço público, reconhece não só os elementos físicos de determinado lugar, mas também a sua carga cultural e simbólica que é, de certa forma, interiorizada pelos seus residentes e utilizadores.

Os espaços públicos são, por isso, marcos de identidade da cidade, com valor simbólico político e cultural, que acolhem os mais diversos utilizadores, de todos os grupos sociais igualmente diversos, como moradores, visitantes, turistas e outros utilizadores individuais e coletivos.

Posto isto, compreendendo a importância da dimensão cultural e identitária e a forma como esta se relaciona com o espaço público, foi necessário testar o comportamento das diferentes metodologias quando confrontadas com uma nova dimensão. Neste sentido,

observa-se a existência de um desdobramento entre os fatores que integram as diferentes metodologias de avaliação do espaço público. Contemplando assim todas as dimensões associadas à requalificação urbana, o que potencializa uma melhor e mais transversal avaliação do espaço público. Deste modo, observando o quadro 12 de forma mais detalhada, é possível constatar que, associado à dimensão cultural e identitária encontramos todos os elementos que de alguma forma contribuem para a integridade cultural e identitária de determinado espaço público.

Quadro 12 - A dimensão Cultural e Identitária ao longo das metodologias de avaliação do Espaço Público

Dimensões associadas à Requalificação	Social	Económico	Físico	Ambiental	Cultural e Identitário
PPS	Sociabilidade	Usos e atividades	Acessos e ligações	Conforto e imagem	
DGOTDU	Segurança, conforto e apazibilidade; Acessibilidade e mobilidade	Diversidade e adaptabilidade	Continuidade e permeabilidade	Sustentabilidade; Robustez e resistência	Identidade; Sustentabilidade
Jan Gehl	Locais onde exercitar; Oportunidade de conversar; Segurança nos espaços públicos; Proteção contra o tráfego		Escala Humana; Possibilidade de observar; Ter onde sentar; Espaços para caminhar	Possibilidade de aproveitar o clima; Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis	Boa experiência sensorial; Espaços de permanência

Fonte: Própria a partir de PPS, Baratto (2013), Brandão (2008)

Relativamente ao **PPS**, é possível observar que o critério “conforto e imagem” encontra-se representado ao longo de duas dimensões, a de carácter ambiental e a cultural e identitária. Esta partilha justifica-se pelo relacionamento que este critério estabelece entre as oportunidades que são oferecidas pelo espaço público e pela conexão que o mesmo estabelece com toda a sua envolvente. Esta metodologia de análise é a que menos estabelece relação com questões identitárias e culturais no espaço público.

A **DGOTDU**, à semelhança do constatado no quadro 11, denota uma total representação uniforme ao longo de todas as dimensões da requalificação. Ao observar a dimensão identitária e cultural podemos concluir que o próprio carácter identitário se encontra representado de forma muito específica, sendo que este remete para questões de promoção do significado do local, para os padrões característicos do desenvolvimento da cultural local e para a promoção de novos elementos de diferenciação cultural. É possível ainda observar a introdução da sustentabilidade cultural, na medida em que se prevê que exista uma identificação dos significados que se encontram associados ao espaço público, com clareza e consistência.

Por fim, consideramos novamente **Jan Gehl**, que proporciona um entendimento da dimensão cultural e identitária do espaço público como sendo um meio proporcionador de

sensações e significado. A experiência sensorial é aqui considerada como elemento essencial para um bom espaço público na medida em que o espaço que nos envolve contribui para a criação da identidade e sensação de pertença, cultivando assim aquilo que se chama de espaço de permanência, incentivado pelas sensações.

4. Opções metodológicas

Conforme foi visto anteriormente, os processos de requalificação urbana são extremamente relevantes para o desenvolvimento das cidades contemporâneas. Contudo, também é reconhecido que nem sempre a sua avaliação é a mais indicada, dificultando assim a interpretação do espaço intervencionado.

Desta forma, propomo-nos a realizar um exercício de avaliação de projetos de requalificação urbana. Para tal, foi realizado um estágio curricular na Câmara Municipal de Lisboa, enquadrado no Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território, no período entre 10 de janeiro de 2022 e 8 de julho de 2022.

A componente prática deste trabalho foi construída tendo por base o programa “Uma Praça em cada Bairro”, no qual houve um foco para 2 projetos específicos - Rua Actriz Palmira Bastos e Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo. Utilizando a matriz em uso por aquela instituição (CML), propomo-nos analisá-la face aos elementos anteriormente discutidos na componente teórica, atualizá-la e posteriormente aplicá-la nas duas áreas referidas. Foi realizado trabalho de campo durante o mês de junho e julho de 2022, recorrendo a inquéritos e fichas de observação de forma a preencher a ficha matriz de avaliação.

5. Caso de Estudo

5.1. Programa: “Uma Praça em cada Bairro”

O programa “Uma Praça em cada Bairro” foi apresentado na Reunião de Câmara de 28 de maio de 2014, sendo promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com as 24 Juntas de Freguesia integrantes da cidade. Tem como principal objetivo valorizar a identidade da cidade de Lisboa, identificada como uma Cidade de Bairros, ou seja, este programa pretende que a partir de uma praça, de um largo, de uma rua, de uma área comercial, de um jardim ou de um equipamento coletivo existente se construa um ponto de encontro para a comunidade local, que concentre atividade social, comercial e emprego. Associado a estes espaços é importante associar o privilégio dos modos suaves de locomoção e o condicionamento dos tráfego automóvel, de forma a criar um espaço público de excelência e de bem estar.

Compreendido neste programa, é ainda possível constatar a existência de 2 conceitos associados, bairro e centralidade. O conceito de bairro é algo difuso, sobretudo porque, por vezes, não é fácil encontrar os seus limites físicos, sendo considerado uma unidade territorial coletiva que identifica determinadas áreas da cidade (Carneiro, 2019). Neste sentido, inerente ao programa em si, foi necessário identificar bairros e proceder à sua delimitação ao longo da cidade de Lisboa de forma a identificar as centralidades que mais iriam beneficiar ao ser requalificadas. Posto isto, a centralidade comporta uma dimensão física e espacial específica, que se encontra inserida dentro de um território delimitado (ex. Bairro), detém reconhecimento coletivo e uma dimensão social (Pereira, 2012).

Estrategicamente, este programa, pretende a promoção da cidade de Lisboa enquanto uma cidade sustentável, integrando o objetivo de melhorar as acessibilidades pedonais e viárias com o intuito de construir uma rede pedonal contínua, segura, multifuncional e universal, de forma a complementar a implementação do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (CML, 2015). Com isto, pretende contribuir para a definição dos eixos estruturantes da cidade de Lisboa, onde se prevê não só a multifuncionalidade, mas também a valorização do espaço público urbano e a interação de utilizadores, serviços, comércio e transportes. De forma mais concreta, é possível observar os objetivos definidos para o programa “*Uma Praça em Cada Bairro*” no quadro 13.

Quadro 13 - Principais objetivos do programa *Uma Praça em Cada Bairro*.

Principais objetivos do programa <i>Uma Praça em Cada Bairro</i> .	
Objetivos gerais	Intervenção nas centralidades (específicos)
- Melhorar a qualidade do espaço público;	- Melhorar as acessibilidades e a circulação pedonal, desenvolvendo uma rede pedonal contínua segura, eficaz, multifuncional e de acesso pedonal. Desenvolver uma cidade sem barreiras, para todas as pessoas;
- Aumentar o espaço destinado para os peões e por sua vez organizar o trânsito;	- Promover a multifuncionalidade dos espaços públicos, através da diversidade de comércio e serviços, o que permitirá aumentar a interação entre as pessoas;
- Privilegiar a deslocação em modos suaves e a deslocação em transportes públicos;	- Promover a deslocação em modos suaves através da promoção da deslocação a bicicleta através da criação de mais ciclovias e da utilização de transporte coletivos;
- Promover a apropriação dos espaços públicos, fomentando o sentimento de identidade e pertença, desenvolvendo uma convivência social nos espaços.	- Articular com o Plano de Acessibilidade Pedonal e a Estratégia da Câmara Municipal, promover a acessibilidade nos próximos 5 anos.

Fonte: CML (2015)

Este programa, como mencionado anteriormente, conta com a colaboração de 24 freguesias distribuídas ao longo da cidade de Lisboa que em conjunto, pretendem interligar temáticas e desenvolver espaços públicos. De forma generalizada, o projeto pretende relacionar áreas como a economia, transportes, ambiente e sociedade.

“*Uma Praça em cada Bairro*” teve como inspirações metodológicas, programas de intervenção e requalificação do espaço público urbano como: **Plaza Program** (Município de Nova Iorque) e a metodologia proposta pela organização norte-americana **Project for Public Spaces** (PPS).

O **Plaza Program**, desenvolvido pelo departamento de Transporte da cidade de Nova York, representa um dos programas de revitalização e de requalificação dos espaços públicos. Este departamento trabalha com organizações selecionadas de forma a criar praças ao longo dos bairros de toda a cidade, transformando assim espaços degradados e pouco utilizados em espaços públicos sociais vibrantes. O *Plaza Program* é ainda uma parte fundamental do esforço da cidade para garantir que todos os seus residentes vivam a sensivelmente 10 minutos a pé de um espaço aberto de qualidade.

Por último, o **Project for Public Spaces**, aparece como uma metodologia que corresponde aos objetivos do programa (*Uma Praça em cada Bairro*). O PPS detém uma vasta experiência na observação e na criação de espaços públicos em todo o mundo, estabelecendo um conjunto de características que devem estar presentes num espaço público bem sucedido. Os critérios utilizados neste projeto, colocam uma questão importante e inicial para o desenvolvimento do mesmo: “O que atrai as pessoas?” e “O que faz um ótimo lugar?”, sendo a resposta obtida através da observação e da interpretação do espaço de acordo com os indicadores disponíveis.

Posto isto, após compreender a inspiração metodológica do programa *Uma Praça em Cada Bairro*, é necessário entender a forma como foram selecionadas as centralidades definidas para alvo de requalificação. A metodologia PPS acima descrita, contribuiu, agregada a diferentes indicadores de caracterização como a densidade populacional, dimensão média de família, serviços, espaços verdes, equipamentos e espaço rodoviário, existentes nas bases de dados da CML, para uma análise realizada através o ArcGIS onde se destacaram centralidades que após uma análise pormenorizada foram associadas e cruzadas com vários bairros da cidade de Lisboa.

Neste processo anteriormente descrito, foram definidos cerca de 130 locais de relativa importância, a partir dos quais se constituiu um conjunto de estudos elaborados em articulação com as Unidades de Intervenção Territorial, do qual resultou um total de 149 centralidades. Estas centralidades, representadas na figura 5, analisadas tendo em conta o seu potencial pedonal e cartografia com um *buffer* de 500 metros em torno de cada uma delas (o que equivale a uma viagem de sensivelmente 15 minutos a pé), permitiu concluir que a cidade iria ficar bem servida no que diz respeito aos espaços públicos. Posteriormente, desenvolveu-se a priorização de determinadas centralidades, tendo em consideração as intervenções a realizar ao longo do tempo. Esta última fase contou com a participação das Juntas de Freguesia, resultando na seleção de 30 locais, com recurso a levantamentos atualizados de informação e elaboradas propostas de intervenção em espaço público, resultantes do diagnóstico efetuado nos levantamentos.

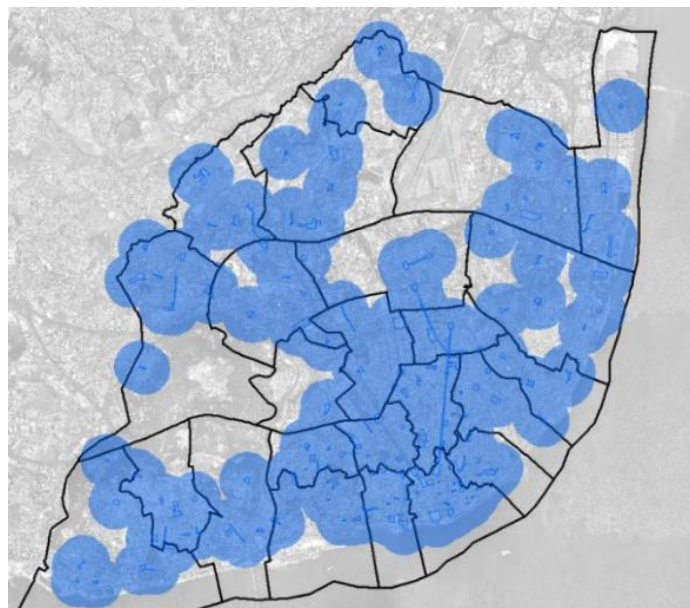


Figura 5 - Mapa cidade de Lisboa com *buffers* de 500 metros
Fonte: CML (2015)

5.1.1. Avaliação dos espaços públicos pela CML

Atualmente a Câmara Municipal de Lisboa já tem em uso uma matriz de avaliação dos seus projetos. Contudo, face ao que vimos na componente teórica, ao analisar as metodologias de avaliação do espaço, percebe-se que a matriz tem algumas lacunas, sobretudo por não considerar os elementos sociais, culturais e identitários, que como já vimos, são importantes na avaliação de um projeto desta natureza.

Como é possível perceber, pela observação da ficha de avaliação das intervenções em espaço público da Câmara de Lisboa (disponível em anexo), o foco da análise do espaço é essencialmente físico, suportado nas materialidades e nas componentes observáveis do território intervencionado, descurando toda a componente social e identitária do território. Contudo, apesar da forte presença da componente física na ficha de avaliação da CML é de notar que a mesma não é abrangente o suficiente, sendo limitada e não permitindo uma avaliação transversal e significativa do território.

5.1.2 Comparação com outros modelos

Os critérios de avaliação do espaço público apresentados no quadro 14, surgem do cruzamento das informações tratadas no corpo teórico (capítulo 3), mais especificamente, os indicadores considerados pela PPS, DGOTDU, Jan Gehl e posteriormente, pelo conjunto de indicadores utilizados pela Câmara Municipal de Lisboa.

Quadro 14 - Metodologia da Câmara Municipal de Lisboa e as metodologias de avaliação do Espaço Público

Dimensões associadas à Requalificação	Social	Económico	Físico	Ambiental	Cultural e Identitário
PPS	Sociabilidade 1	Usos e actividades 8	Acessos e ligações 10	Conforto e imagem 19	
DGOTDU	Segurança, conforto e aprazibilidade; 2 Acessibilidade e mobilidade 3	Diversidade e adaptabilidade 9	Continuidade e permeabilidade 11	Sustentabilidade; 20 Robustez e resistência 21	Identidade; 27 Sustentabilidade 28
Jan Gehl	Locais onde exercitar; 4 Oportunidade de conversar; 5 Segurança nos espaços públicos; 6 Proteção contra o tráfego 7		Escala Humana; 12 Possibilidade de observar; 13 Ter onde sentar; 14 Espaços para caminhar 15	Possibilidade de aproveitar o clima; 22 Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis 23	Boa experiência sensorial; 29 Espaços de permanência 30
CML			Espaço pedonal; 16 Espaço Rodoviário; 17 Mobiliário e equipamento urbano 18	Área verde total; 24 Nº total de árvores 25 Equipamento ecológico 26	

Fonte: Própria a partir de PPS, Baratto (2013), Brandão (2008)

Os indicadores considerados irão permitir, consecutivamente, não só avaliar o espaço público intervencionado, mas também proceder a uma comparação entre o antes e o depois

(presente) da intervenção. Irão permitir, assim, obter uma análise do espaço mais objetiva e concreta, compreendendo o nível de sucesso da intervenção de requalificação e possíveis sugestões para esse território em específico, bem como aprendizagens para futuras intervenções no espaço público.

Neste sentido, observando concretamente o quadro 14, e decompondo a ficha matriz da Câmara de Lisboa, é possível constatar que a mesma não se encontra distribuída ao longo de todas as dimensões do espaço público identificadas, dando uma total ênfase à componente física e ambiental do território. Por outro lado, é possível constatar que as propostas da DGOTDU e do PPS encontram-se distribuídas de forma uniforme em todas as dimensões, algo que não se reflete na proposta de Jan Gehl, visto que onde não se encontra a dimensão económica.

É possível compreender que o quadro de indicadores urbanos propostos contempla não só várias dimensões do espaço público contemporâneo, mas também todas as dimensões do conceito de requalificação urbana. Neste sentido, considerando o quadro 15, recordamos as cinco grandes dimensões de critérios de avaliação do espaço público: social, económico, físico, ambiental, e cultural e identitário. Posteriormente, encontramos dimensões mais específicas do próprio espaço público: usos, uso do edificado, espaço pedonal, espaço rodoviário, equipamentos urbanos, ambiente e ecologia e carácter do lugar. Desta forma, maximizando a abrangência e especificidade das várias dimensões de espaço público é possível obter uma bateria de indicadores consistente, que permite a sua avaliação contínua.

Quadro 15 - Indicadores urbanos

Dimensões						
Social	Funcional	Físico			Ambiental	Cultural e Identitário
Usos Sociais	Usos do Edificado	Espaço Pedonal	Espaço Rodoviário	Equipamentos Urbanos	Ambiente e Ecologia	Carácter do Lugar
Capacidade de ser utilizado por todos?	Estabelecimentos Comerciais	Área pedonal total	Nº de estacionamentos	Abrigos de T.Público	Área verde total	Elementos Dissonantes
As pessoas continuam a utilizar o espaço?	Nº de construções	Outros pavimentos	Nº de estacionamentos acessíveis	Bancos de jardim	Eco-ilhas	Elementos escultóricos/artísticos
Há mais pessoas a utilizar o espaço?	Nº de habitações	Passeios	Área rodoviária total	Iluminação pública	Jardins	Elementos reconhecidos de lugar
O comércio serve a envolvente?	Restauração	Pracetas e largos	Nº de vias rodoviárias	Papeleira	Nº total de árvores	Nº de Fitomonumentos
Locais promotores de sociabilidade?	Serviços (públicos ou pessoais)	Conectividade à rede pedonal	Nº de passadeiras acessíveis	Parque infantil	Pontos de carregamento elétrico	Espaço com identidade própria
Há mulheres a utilizar o espaço?	_____	Conectividade à rede ciclável	Nº de passadeiras	Quiosques (papeleria / tabacaria)	_____	Edifícios classificados
Há crianças a utilizar o espaço?	_____	_____	_____	Instalações Sanitárias	_____	_____
_____	_____	_____	_____	Equipamentos desportivos e de lazer	_____	_____
_____	_____	_____	_____	Estacionamento de bicicletas	_____	_____
_____	_____	_____	_____	Estações gira	_____	_____

- Dados da CML
 - Novas adições considerando a análise teórica

Fonte Própria

Ainda observando o quadro 15, e considerando a decomposição realizada à matriz utilizada pela Câmara de Lisboa é possível encontrar uma considerável ausência representativa face às dimensões identificadas. A **vermelho** encontramos os principais indicadores utilizados para a avaliação do espaço público da CML, sendo que a **verde** é possível observar a introdução realizada, face não só à teoria, mas também às necessidades do próprio espaço. Aqui é possível perceber a clara primazia que é dada à dimensão física do espaço público por parte da Câmara, naturalmente, isto surge derivado da objetividade do próprio espaço público e dos domínios tratados pela mesma.

Neste sentido, seguindo a ordem de ideias apresentada anteriormente é proposta uma nova ficha matriz de indicadores urbanos para a avaliação do espaço público (quadro 16), que contempla todas as dimensões apresentadas, servindo como uma atualização da matriz prévia existente.

Um indicador, neste caso um indicador urbano, é considerado como um dado que pretende constatar o estado de algo representado no espaço público, sendo observado de forma concreta e objetiva, num determinado espaço e tempo. É ainda um dado estatístico que tem como objetivo apresentar uma síntese de determinada situação, facilitando a sua análise e comparação (Fiori, 2006). Recordamos que partimos do pressuposto que é de extrema importância a projeção de uma bateria de indicadores urbanos que permita o planeamento e avaliação de um projeto que se encontre integrado no espaço público, pois é necessário considerar as ações condutoras, considerando os seus impactos. Neste sentido a tabela de indicadores urbanos (Quadro 16), surge como uma metodologia que permite e facilita a realização de uma avaliação objetiva e coerente do espaço público.

Posto isto, é necessário observar em detalhe o quadro 16, que como mencionado previamente, resultou na análise do corpo teórico e da identificação dos indicadores de avaliação utilizados pela CML.

Fazendo uma descrição da tabela, de forma a compreender os seus diferentes componentes e a sua utilização, é possível perceber que a mesma se encontra dividida em dois grandes grupos de indicadores que se diferenciam pela sua metodologia de obtenção de dados. O primeiro grupo de indicadores, que se encontra na parte superior da tabela, logo após a memória descritiva e a estatística representativa do local que se encontra em avaliação, é o grupo que se caracteriza pela observação e pela estatística no que diz respeito à sua metodologia de obtenção de dados. Ainda referente ao primeiro grupo de indicadores, é possível perceber que o mesmo se encontra dividido em 3 grandes dimensões do espaço público, o ambiente construído, que integra o espaço público, espaço rodoviário e equipamentos urbanos, o ambiental, que abrange o ambiente e ecologia e as funcionalidades económicas, que correspondem aos usos do território.

Quadro 16 - Proposta atualizada da ficha de avaliação do espaço público

		Área de Intervenção (m2) -	Memória descritiva do espaço intervencionado							
		Número de habitantes -								
		Número de Empregados -								
		Número de fogos -								
		Elementos a Quantificar (Estatística, observação)	Pré- Requalificação (Antes da Intervenção)	Rácio por área de Intervenção %	Rácio por habitante %	Pós- Requalificação (Resultado da Intervenção)	Rácio por área de Intervenção %	Rácio por habitante %	Validação de rácio	
Matriz comum entre espaços públicos	Ambiente construído	Espaço Público								
		Área pedonal total (m2)								
		Pracetos e Largos (nº)								
		Conetividade à rede pedonal (s/n)								
		Conetividade à rede ciclável (s/n)								
		Espaço Rodoviário								
		Faixa de rodagem (m2)								
		Estacionamentos (nº)								
		Estacionamentos acessíveis (nº)								
		Estacionamento tarifado (nº)								
		Passadeiras (nº)								
		Passadeiras acessíveis (nº)								
		Conflitos/Cruzamentos (nº)								
		Equipamentos Urbanos								
		Abrigos de T.Público (nº)								
	Bancos de Jardim (nº)									
	Iluminação Pública (nº)									
	Papeleiras (nº)									
	Parque Infantil (nº)									
	Quiosques (nº)									
	Equipamentos desportivos e de lazer (nº)									
	Estacionamento de bicicletas (nº)									
	Estações Gira (nº)									
	Instalações sanitárias (nº)									
	Ambiental	Ambiente e Ecologia								
		Área verde total (m2)								
		Árvores (nº)								
		Pontos carga eléctrica veiculos (nº)								
		Jardins (nº)								
		Eco-ilhas subterrâneas (nº)								
	Funcionalidades e função económica	Usos do Edificado								
		Estabelecimentos comerciais (nº)								
Construções (nº)										
Habitações (nº)										
Restauração (nº)										
Serviços (Públicos ou Pessoais) (nº)										
Simbolismo	Elementos a quantificar (Inquéritos e observação)									
	Carácter do Lugar									
	Elementos dissonantes (nº)									
	Elementos escultóricos/artísticos (nº)									
	Elementos reconhecidos de lugar (s/n)									
	Edifícios classificados (nº)									
Usos Sociais	Nº de Fitomonumentos (nº)									
	Usos Sociais									
	Capacidade de ser usado por todos? (s/n)									
	As pessoas continuam a utilizar o espaço? (s/n)									
	Há mais pessoas a utilizar o espaço? (s/n)									
	O comércio serve a envolvente? (s/n)									
	Locais promotores de sociabilidade? (s/n)									
	Há mulheres a utilizar o espaço? (s/n)									
Há crianças a utilizar o espaço? (s/n)										
O espaço é seguro? (s/n)										

Valores a vermelho referentes a um *buffer* de 500 metros

Fonte própria, com base na CML

O segundo grupo de indicadores encontra-se na parte inferior da tabela, distinguindo-se completamente do primeiro grupo na sua componente metodológica. Para este conjunto de indicadores, privilegiou-se a realização de inquéritos nas praças/intervenções e de forma complementar, a observação direta do território. Observando o segundo grupo de indicadores urbanos, é possível constatar que, à semelhança do primeiro grupo, este encontra-se subdividido dentro das suas respetivas dimensões de espaço público associadas. A dimensão do simbolismo, que integra o carácter do lugar e a dimensão dos usos sociais, que contém os usos sociais em si.

Será ainda importante referir a pertinência e a funcionalidade dos rácios, visto ser algo suscetível de interpretação e consideração pelo espaço intervencionado. Os rácios funcionam como uma ferramenta que facilita a observação das variações, percebendo as suas alterações e a sua representatividade. Naturalmente, na sequência da magnitude da área de intervenção em si, é expectável que alguns rácios resultem em valores muito pequenos. Contudo, por uma questão de rigor estatístico e de forma a possibilitar futuras comparações acerca da evolução das áreas estudadas, optamos por mantê-los. Neste sentido, quando a variação de determinado indicador é positiva é identificada com uma cor verde e quando a variação é negativa é identificado com uma cor vermelha.

5.2.1 Rua Actriz Palmira Bastos

A Rua Actriz Palmira Bastos (Fig. 7, 8 e 10), encontra-se localizada na freguesia de Marvila, delimitada a norte pela Rua Dr. José Espírito Santo e limitada a poente a nascente pela Avenida Dr. Augusto de Castro. A sua intervenção foi dividida em dois grandes momentos, tendo o primeiro decorrido durante o ano de 2017 (Zona A) e o segundo no ano de 2019 (Zona B).

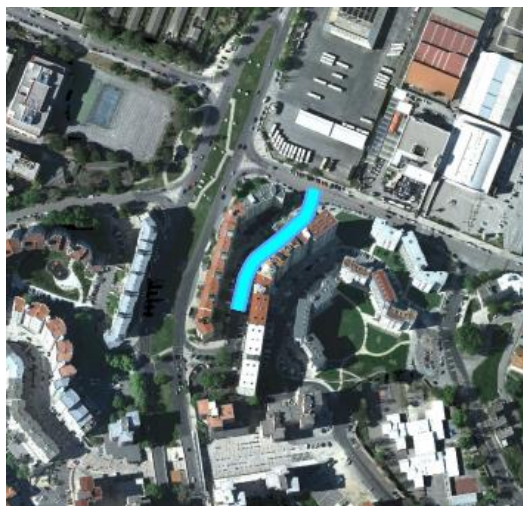


Figura 7 – Enquadramento Rua Actriz Palmira Bastos.
Fonte: LXI- Lisboa Interativa

A área total da intervenção é de aproximadamente 10 422,00 m², que inclui todo o espaço público envolvente, contemplando a beneficiação dos pavimentos, a substituição integral dos lancis existentes e uma redefinição das zonas de circulação pedonal e rodoviária, delimitando espaços próprios para o estacionamento eliminando a componente informar característica desta rua.



Figura 8 – Rua Actriz Palmira Bastos (2022).
Fonte: Própria

Observando a figura 9, é possível constatar uma síntese daquilo que foi obtido pelo *buffer* de 500 metros realizado, permitindo assim caracterizar e compreender as dinâmicas da área a intervencionar. É possível analisar uma considerável importância correspondente à dimensão média da família, permitindo assim concluir que a Rua Actriz Palmira Bastos se encontra integrada num bairro familiar, constata-se ainda que por via da sua proximidade a uma consistente rede de transportes públicos os acessos são consideravelmente importantes.

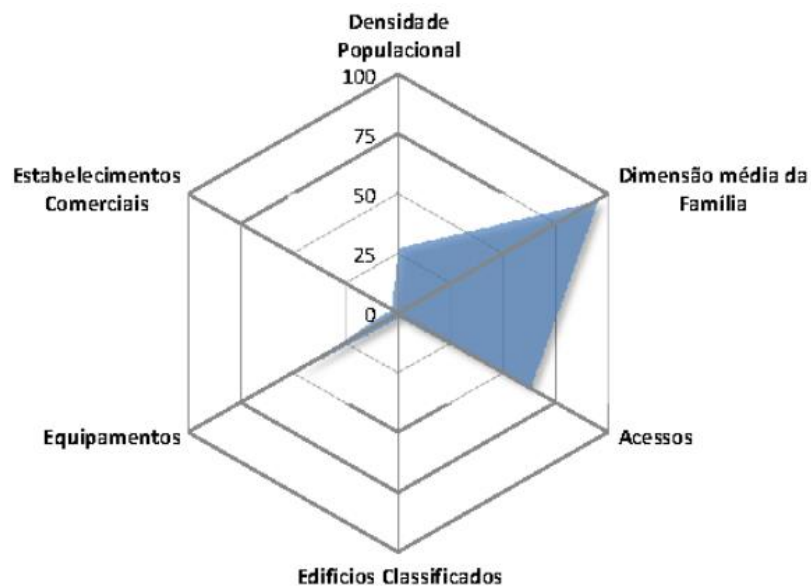


Figura 9 - Gráfico de caracterização da Rua Actriz Palmira Bastos
 Fonte: CML (2015)

Considerando agora a análise metodológica definida pelo programa “Uma Praça em cada Bairro”, foi realizada uma caracterização da área com a ajuda de uma análise que engloba: a análise SWOT e principais linhas de ação, participação pública, assim como os respetivos objetivos de obra.

Observando o quadro 17, é possível constatar que a análise SWOT e as principais linhas de ação evidenciam uma clara primazia do ambiente físico, sendo essa a dimensão mais facilmente intervencionada e observável.

Quadro 17 - Análise SWOT e Principais linhas de Ação, Rua Actriz Palmira Bastos.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Boa acessibilidade com o metro e carris Existência de frentes de comércio e esplanadas associadas Zona dotada de muitos lugares de estacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> Estacionamento abusivo interferindo com o peão Não possui estacionamento para bicicletas e mobiliário urbano
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Intervir no espaço público como potenciador do reforço desta centralidade no âmbito do projeto alargado da regeneração social de Marvila – Programa Viver Marvila. Proximidade do futuro hospital de Todos os Santos 	<ul style="list-style-type: none"> Regularização com diminuição da oferta de estacionamento à superfície
Linhas de Ação Principal	
<p><u>Espaço Público:</u> Reduzir a faixa de rodagem; Alargamento dos passeios; Exclusão das bolsas de estacionamento existentes; Introdução de ciclovia e estrutura arbórea.</p> <p><u>Estudo Urbano:</u> Elaborar um estudo de fachadas para a envolvente edificada da rua, que através de uma nova paleta de cores permita uma identificação própria da praça</p>	

Fonte: CML (2015)

De forma complementar à análise técnica do local intervencionado, ocorreu um processo de participação pública online. Com isto propôs-se obter, da parte dos cidadãos residentes na área, a sua opinião sobre as diferentes questões do espaço público. Pretendeu-se ainda obter um diagnóstico da situação existente, de modo a definir as prioridades de requalificação do espaço público.

A participação pública para a intervenção da Rua Actriz Palmira Bastos teve a duração de 2 meses (março e abril de 2015), tendo a mesma decorrido maioritariamente online. Posteriormente, foi realizada uma primeira sessão pública na Associação de Moradores do Bairro das Amendoeiras (15 de dezembro de 2016) para apresentação do projeto sendo que, em maio de 2018 foi realizada uma última sessão pública para a apresentação da Fase B da intervenção e recolha dos contributos.

Sintetizando as principais preocupações e sugestões apresentadas durante a fase de participação pública online, a população demonstrou interesse em: (1) trânsito num só sentido; (2) mais estacionamento automóvel e ordenado; (3) zona de estar/lazer com mobiliário residente; (4) colocação de parquímetros, melhorando assim a organização dos estacionamentos; (5) limpeza das ruas.

Baseado na análise do local e de forma complementar a tudo descrito anteriormente, a equipa técnica do programa definiu alguns objetivos (quadro 18) para a proposta inicial de intervenção.

Quadro 18 - Objetivos de obra para a Rua Actriz Palmira Bastos.

Objetivos	Melhorar a circulação de peões, com pavimento confortável e rebaixado, junto ao canal rodoviário;
	Instalar pavimentos e materiais que confirmam à rua uma característica própria, identificativa, e uma imagem diferente da envolvente;
	Introduzir passadeiras bem identificadas, nos pontos principais de atravessamento da rua;
	Criar e reforçar as zonas de lazer com bancos e mais vegetação, juntos dos espaços de restauração e de convívio;
	Melhorar a ligação pedonal à Rua Luiz Pacheco;
	Regular o trânsito e reordenar o estacionamento;
	Construir novas redes de eletricidade e introduzir nova iluminação pública;

Fonte: CML (2015)



Figura 10 - Rua Actriz Palmira Bastos. Antes, Projetado e Atualidade.

Fonte: CML (2015), Google Maps

5.2.2. Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo - Fonte Nova

A Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo (fig.11 e 12), mais conhecida pela sua localização privilegiada face ao centro comercial Fonte Nova, encontra-se compreendida entre a fachada do próprio edifício do centro comercial a nascente e a poente pelos edifícios da própria Alameda. Estende-se ainda até ao entroncamento da Rua Joaquim Paço D’Arcos, Rua António Saúde e à emblemática Estrada de Benfica.

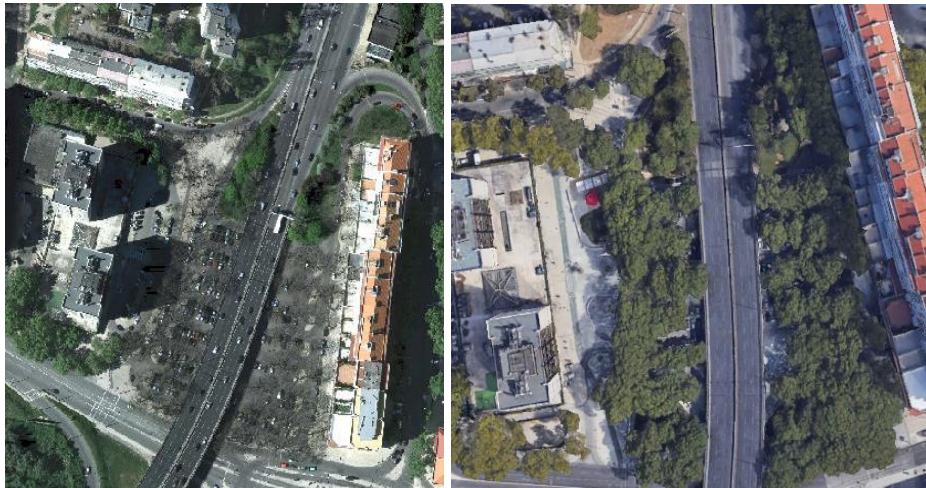


Figura 11 - Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo Antes e Atualidade.

Fonte: CML (2015), Google Maps

De forma mais específica, o local intervencionado encontra-se inserido na freguesia de Benfica e São Domingos de Benfica, tendo a sua intervenção sido iniciada a 1 de março de 2017, e concluída em abril de 2018. A intervenção abrange uma área total de 33.495 m².

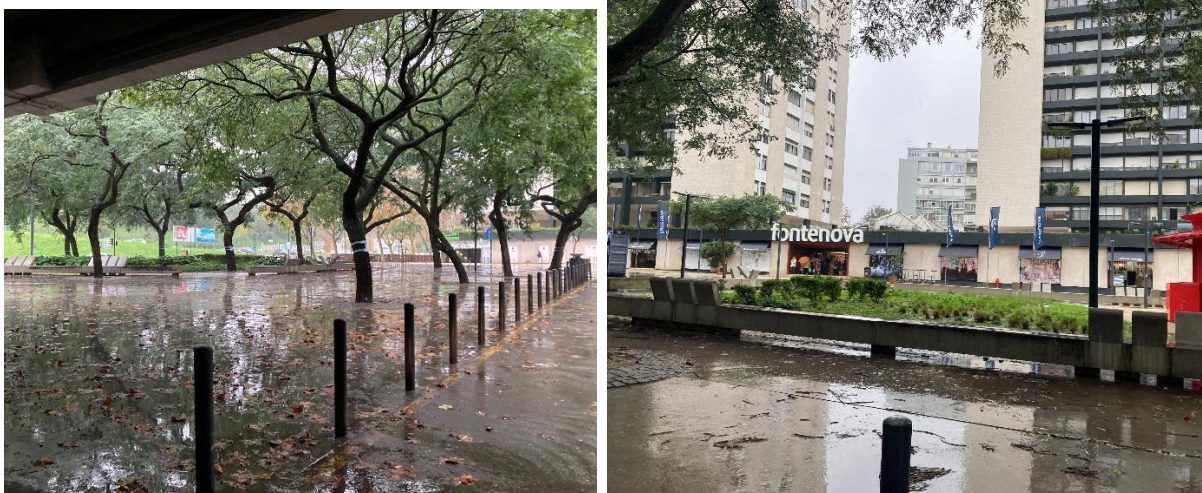


Figura 12 - Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo (2022).

Fonte: Própria

Observando a figura 13, é possível descrever uma síntese do *buffer* de 500 metros, facilitando assim a compreensão da área designada. Posto isto, é possível observar que, a Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo apesar de não comportar um elevado número de habitações é diretamente influenciada pela envolvente, na qual a dimensão do agregado familiar é significativa. A área também está dotada de grande acessibilidade, distribuída em vários tipos de mobilidade e ainda um conjunto significativo de equipamentos e infraestruturas comerciais.

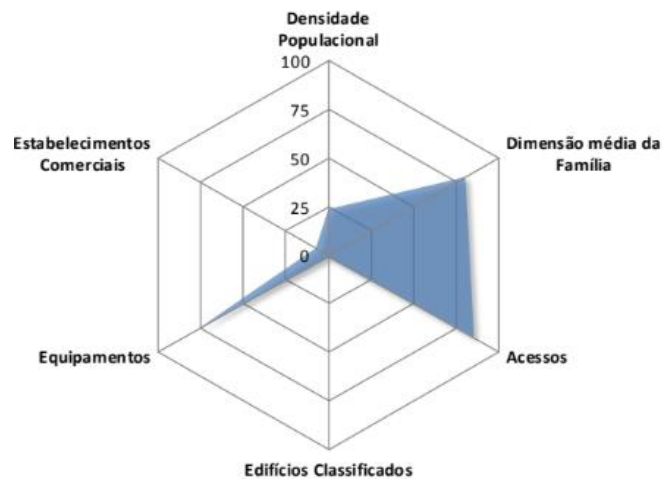


Figura 13 - Gráfico de caracterização da Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo

Fonte: CML (2015)

Continuando a linha metodológica definida pelo programa “Uma Praça em cada Bairro”, no quadro 19 apresenta-se uma caracterização da área, conseguida através de uma análise que à semelhança da intervenção anteriormente descrita contém: análise SWOT e principais linhas de ação, participação pública, finalizando com respetivos objetivos de objetivos de obra.

Quadro 19 - Análise SWOT e Principais linhas de Ação, Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo .

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Extensão do espaço público disponível • Existência de muitas árvores • Acessibilidade • Afluência de pessoas e dinâmicas comerciais • Integra a rede estruturante pedonal da cidade e da rede ciclável 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço público bastante desqualificado/desumanizado pelo excesso de estacionamento automóvel e área de betuminoso • Grande afluência e atravessamento viário
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da área pedonal com possível integração de áreas públicas de lazer • Possibilidade de integração de interface de transportes 	<ul style="list-style-type: none"> • Viaduto rodoviário da 2ª circular (contribuindo para o aumento do ruído e necessidade de integração do espaço face à estrutura do mesmo)
Linhas de Ação Principal	
<p><u>Espaço Público:</u> Conferir um carácter de Praça, criando espaços de esplanada associados ao comércio existente; aumentar o espaço do peão através da redução de área de estacionamento.</p> <p><u>Estudo Urbano:</u> Reestruturação viária</p>	

Fonte: CML (2015)

Observando o quadro 19, é possível constatar que ao longo da análise SWOT e das principais linhas de ação há uma clara primazia do ambiente físico, ambiental e das acessibilidades e conexões. Existe ainda uma clara intenção de atribuir um significado e caráter de praça ao espaço em causa.

De forma a contribuir para a análise técnica do local intervencionado, à semelhança da intervenção realizada na Rua Actriz Palmira Bastos foi realizada uma participação pública online e várias presenciais. A participação pública para a realização da obra na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo - Fonte Nova desenvolveu-se ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2015 (online), tendo posteriormente sido realizadas 3 sessões públicas presenciais, em locais próximos à área de intervenção de forma a apresentar o projeto e a respetiva obra em execução.

Em linhas gerais, foi proposta, por parte dos integrantes da participação pública, uma intervenção integrada, isto é, uma intervenção concertada ao nível, não só do espaço público, mas também dos equipamentos existentes, melhorando ainda os acessos, nomeadamente a ligação pedonal ao Parque do Monsanto. De forma mais específica a população propôs: (1) qualificação do espaço público em geral, com aumento das áreas pedonais e da coerência e segurança dos circuitos de circulação pedonal, em detrimento das áreas de circulação e estacionamento automóvel; (2) melhoria dos atravessamentos pedonais das vias de circulação automóvel; (3) introdução de novas valências na praça (café, parque canino, espaço verde); (4) demolição de determinadas infraestruturas; (5) criação de novos e maiores espaços verdes; (6) melhoria dos acessos, entradas e saídas ao espaço circulante ao Fonte Nova; (7) canalização do trânsito rápido; (8) requalificação da área do parque de estacionamento, substituindo e regularizando o pavimento, melhorando assim a circulação pedonal e o traçado verde; (9) criação de um parque de estacionamento adaptado às novas mobilidades.

Baseado na análise do local e de forma complementar a tudo descrito anteriormente, a equipa técnica do programa definiu alguns objetivos (quadro 20) para a proposta inicial de intervenção.

Quadro 20 - Objetivos de obra para a Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo

Objetivos	Privilegiar e melhorar o espaço público em geral, com o aumento das áreas pedonais e da segurança para os peões;
	Criar uma "grande praça" que unifique os dois troços da Estrada de Benfica, interrompidos pelo viaduto, permitindo a circulação contínua dos peões de nascente para poente, melhorando todos os fluxos pedonais e viários;
	Criar uma relação entre o edifício do Centro Comercial Fonte Nova, a ponte e a banda de edifícios de serviços e comércio, a nascente, dinamizando e fortalecendo o comércio local;
	Valorizar as árvores existentes de Tipuanas, conservando todos os exemplares e plantando novos, qualificando o ambiente através do aproveitamento das suas sombras;
	Criar espaços de estadia e de lazer, com quiosques, esplanadas, relvados e equipamentos infantis;
	Introduzir uma fonte com repuxos de água, que proporcionem calma e bem estar, atenuando o ruído dos carros da segunda circular;
	Permitir que a parte inferior do viaduto seja usada para a prática desportiva, dotando-a de iluminação noturna;
	Criar uma forte ligação pedonal da "praça" (zona de estacionamento atual sob o viaduto) à zona do califa.

Fonte: CML (2015)

6. Aplicação da tabela de avaliação de indicadores urbanos

6.1. Rua Actriz Palmira Bastos

Observando o quadro 21, é possível constatar a aplicação e a efetividade dos indicadores associados ao caso de estudo Rua Actriz Palmira Bastos, bem como a sua validação individual, proveniente de uma análise mais minuciosa.

Iniciando pela dimensão de ambiente construído, é possível constatar que, de acordo com os dados obtidos, a intervenção foi essencialmente positiva tendo em consideração os valores pré-requalificação. Valores mais elevados e mais significativos como o número de bancos de jardim, papeleiras, iluminação pública, passadeiras, passadeiras acessíveis e conectividades sugerem que houve uma elevada preocupação com o bem estar e segurança dos utilizadores deste espaço, atribuindo assim uma validação positiva a estes indicadores. Relativamente à dimensão de ambiente e ecologia, atendendo às necessidades e tendências atuais, observamos um incremento no número total de árvores ao longo do espaço intervencionado, bem como um total desaparecimento de eco-ilhas à superfície, passando a subterrâneas. Observando com atenção os valores respetivos, constatamos que neste caso, o desaparecimento total não é algo negativo, mas sim tendencialmente positivo, pois atribuiu uma forma mais sustentável e cómoda às eco-ilhas em geral. Ainda na dimensão ambiental é possível observar uma diminuição consideravelmente negativa da área verde total, que se justifica face ao aumento do espaço pedonal e do espaço rodoviário. No que diz respeito aos usos do edificado, é possível concluir a existência de um claro declínio que se sustenta pela diminuição do número de estabelecimentos comerciais e pelos próprios serviços, quer estes sejam públicos ou pessoais.

Por fim, é necessário considerar o simbolismo e os usos sociais do espaço público, de forma a obter uma perspetiva inovadora sobre o espaço utilizado. É possível observar logo em destaque, a positividade da existência de elementos reconhecidos de lugar, que se relaciona claramente com todos os indicadores presentes, posteriores a este. É possível também concluir que a requalificação do espaço permitiu que este continuasse a ser utilizado com a mesma finalidade e capacidade, havendo a mesma diversidade etária e de género, promovendo ainda a segurança e a sociabilização dos seus utilizadores e moradores em causa.

De forma a complementar a tabela anteriormente apresentada, foram realizados inquéritos aos utilizadores e comerciantes da respetiva área intervencionada. No total, foram realizados 78 inquéritos, 67 a utilizadores do espaço e 11 a comerciantes. Os inquéritos surgem como uma metodologia eficiente para colmatar uma das principais lacunas na avaliação do espaço público identificadas anteriormente: os usos sociais e o simbolismo do lugar, identificados como usos e carácter do lugar.

Quadro 21 - Aplicação da tabela de avaliação de indicadores urbanos, Rua Actriz Palmira Bastos

		Área de Intervenção (m2) - 10422,00	Memória descritiva do espaço intervencionado						
		Número de habitantes - 9404	Localizada na freguesia de Marvila, delimitada a norte pela Rua Dr. José Espírito Santo e limitada pela Avenida Dr. Augusto de Castro (POENTE E NASCENTE). O seu processo de intervenção teve início em abril de 2019 tendo sido concluído em outubro do mesmo ano.						
		Número de Empregados - 3870							
		Número de fogos - n/s							
		Elementos a Quantificar (Estatística, observação)	Pré-Requalificação (Antes da intervenção)	Rácio por área de Intervenção %	Rácio por habitante %	Pós-Requalificação (Resultado da intervenção)	Rácio por área de Intervenção %	Rácio por habitante %	Validação de rácio
Matriz comum entre espaços públicos	Ambiente construído	Espaço Público							
		Área pedonal total (m2)	n/s	n/s	n/s	4034,87	38,71	42,91	Positivo
		Pracetos e Largos (nº)	0	---	---	0	---	---	---
		Conetividade à rede pedonal (s/n)	Sim	---	---	Sim	---	---	Positivo
		Conetividade à rede ciclável (s/n)	Não	---	---	Sim	---	---	Positivo
		Espaço Rodoviário							
		Faixa de rodagem (m2)	1229,3	11,80	13,07	1496,37	14,36	15,91	Positivo
		Estacionamentos (nº)	146	1,55	1,55	157	1,51	1,67	Positivo
		Estacionamentos acessíveis (nº)	3	0,08	0,03	4	0,04	0,04	Positivo
		Estacionamento tarifado (nº)	0	---	---	0	---	---	---
		Passadeiras (nº)	2	0,05	0,02	5	0,05	0,05	Positivo
		Passadeiras acessíveis (nº)	0	---	---	5	0,05	0,05	Positivo
		Conflitos/Cruzamentos (nº)	2	0,05	0,02	1	0,01	0,01	Positivo
		Equipamentos Urbanos							
	Abrigos de T.Público (nº)	0	---	---	0	---	---	---	
	Bancos de Jardim (nº)	3	0,03	0,03	10	0,10	0,11	Positivo	
	Iluminação Pública (nº)	14	0,13	0,15	50	0,48	0,53	Positivo	
	Papeleiras (nº)	5	0,05	0,05	12	0,12	0,13	Positivo	
	Parque Infantil (nº)	0	---	---	0	---	---	---	
	Quiosques (nº)	0	---	---	0	---	---	---	
	Equipamentos desportivos e de lazer (nº)	0	---	---	0	---	---	---	
	Estacionamento de bicicletas (nº)	0	---	---	0	---	---	---	
	Estações Gira (nº)	0	---	---	0	---	---	---	
	Instalações sanitárias (nº)	0	---	---	0	---	---	---	
	Ambiental	Ambiente e Ecologia							
		Área verde total (m2)	782,55	7,51	8,32	556	5,33	5,91	Negativo
		Árvores (nº)	43	0,41	0,46	54	0,52	0,57	Positivo
		Pontos carga eléctrica veiculos (nº)	0	---	---	0	---	---	---
		Jardins (nº)	1	0,01	0,01	0	---	---	---
		Eco-ilhas subterrâneas (nº)	0	---	---	2	0,02	0,02	Positivo
	Eco-ilhas (nº)	5	0,05	0,05	0	---	---	Positivo	
	Funcionalidades e função económica	Usos do Edificado							
		Estabelecimentos comerciais (nº)	35	0,34	0,37	34	0,33	0,36	Negativo
		Construções (nº)	0	---	---	0	---	---	---
		Habitacões (nº)	4838	46,42	51,45	n/s	n/s	n/s	---
		Restauração (nº)	4	0,04	0,04	4	0,04	0,04	Positivo
		Serviços (Públicos ou Pessoais) (nº)	5	0,05	0,05	3	0,03	0,03	Negativo
	Simbolismo	Elementos a quantificar (Inquéritos e observação)							
		Carácter do Lugar							
		Elementos dissonantes (nº)	0	---	---	0	---	---	---
Elementos escultóricos/artísticos (nº)		0	---	---	0	---	---	---	
Elementos reconhecidos de lugar (s/n)		Sim	---	---	Sim	---	---	Positivo	
Edifícios classificados (nº)		0	---	---	0	---	---	---	
Nº de Fitomonumentos (nº)	0	---	---	0	---	---	---		
Usos Sociais	Usos Sociais								
	Capacidade de ser usado por todos? (s/n)	Sim	---	---	Sim	---	---	Positivo	
	As pessoas continuam a utilizar o espaço? (s/n)	Sim	---	---	Sim	---	---	Positivo	
	Há mais pessoas a utilizar o espaço? (s/n)	Sim	---	---	Não	---	---	Negativo	
	O comércio serve a envolvente? (s/n)	Sim	---	---	Sim	---	---	Positivo	
	Locais promotores de sociabilidade? (s/n)	Sim	---	---	Sim	---	---	Positivo	
	Há mulheres a utilizar o espaço? (s/n)	Sim	---	---	Sim	---	---	Positivo	
	Há crianças a utilizar o espaço? (s/n)	Sim	---	---	Sim	---	---	Positivo	
O espaço é seguro? (s/n)	Sim	---	---	Sim	---	---	Positivo		

Valores a vermelho referentes a um buffer de 500 metros

Fonte própria

Desta forma, foi efetuado um conjunto de questões específicas, que permita obter de forma direta resposta a indicadores previamente identificados como essenciais para a

avaliação eficaz do espaço público. A seguinte análise resulta do tratamento da informação recolhida nos inquéritos.

Iniciando a análise do questionário, tendo em atenção a figura 14, que permite dar resposta ao indicador “Elementos reconhecidos de lugar”, é possível observar que a maioria, 62,7%, afirma que se identifica com a área em causa, confirmando que existem elementos que são reconhecidos e associados a este local (ser o seu local de trabalho, local de residência, local onde passam bastante tempo). A análise deste indicador em específico permite compreender se as pessoas se identificam com o espaço.



Figura 14 - Aplicação do questionário aos utilizadores da Rua Actriz Palmira Bastos

Fonte: Recolhidos e tratados pelo autor

No que diz respeito ao indicador “Capacidade de ser usado por todos”, através da figura 15, constata-se que a esmagadora maioria (95,5%) afirma que o espaço tem capacidade de ser utilizado por todos. Esta decisão advém das acessibilidades do próprio espaço sendo que, quem considera que o espaço não tem capacidade de ser utilizado por todos justifica a sua resposta com a falta de estacionamento existentes.

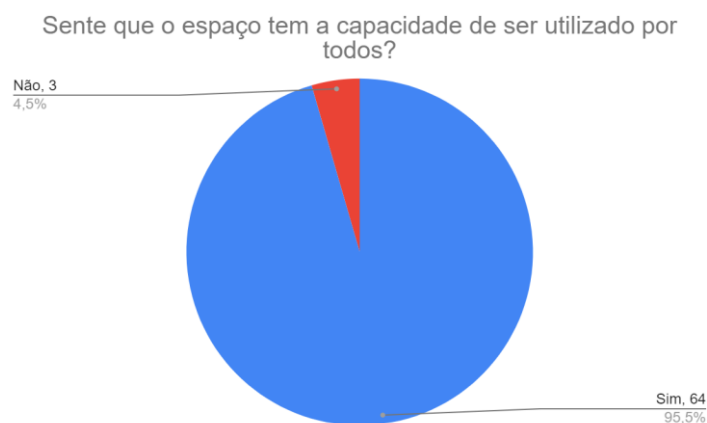


Figura 15 - Aplicação do questionário aos utilizadores da Rua Actriz Palmira Bastos

Fonte: Recolhidos e tratados pelo autor

Observando a figura 16, que atribuiu resposta ao indicador “As pessoas continuam a utilizar o espaço?”, constata-se que 55.2% dos inquiridos afirma não utilizar mais este espaço após a sua intervenção, justificando esta tendência, essencialmente com a falta de estacionamento existentes na rua em causa. Os inquiridos que efetivamente continuam a utilizar este espaço, até mais do que a sua utilização anterior, justificam a sua resposta pela necessidade de bens diários que se encontram disponíveis nas lojas disponíveis, trabalho e lazer (figura 17).

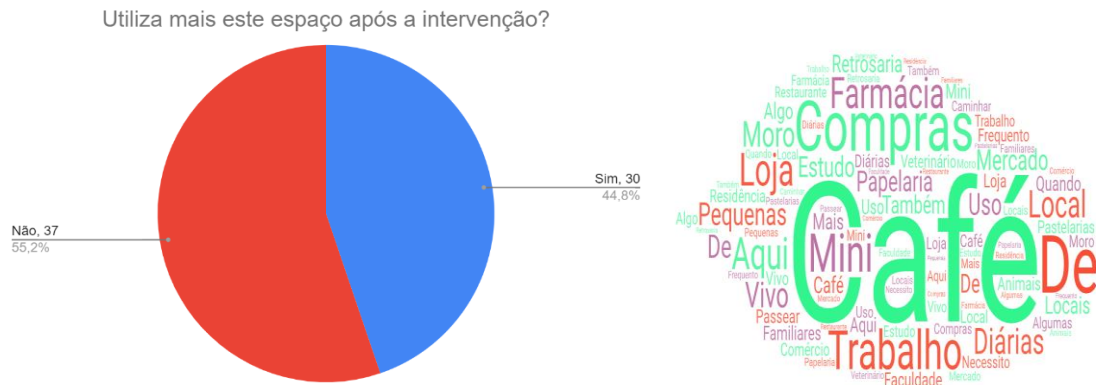


Figura 16 e 17 - Aplicação do questionário aos utilizadores da Rua Actriz Palmira Bastos
 Fonte: Recolhidos e tratados pelo autor

Tendo em consideração a figura 18, podemos observar que de acordo com os utilizadores do espaço inquiridos, 62.7% afirma ver mais pessoas a utilizar o espaço após a sua intervenção. Contudo, ao analisar a perspetiva comercial ou seja, ao analisar os inquéritos realizados aos comerciantes percebe-se que as intervenções realizadas não provocaram um aumento significativo de clientes, havendo assim 81% dos comerciantes inquiridos que afirmam não ter tido nenhum aumento de clientes após as intervenções realizadas (figura 19). Neste sentido, atendendo ao indicador que estas questões pretendem responder, “Há mais pessoas a utilizar o espaço?”, conclui-se que não existe um aumento significativo de pessoas a utilizar o espaço, dependendo da perspetiva utilizada.

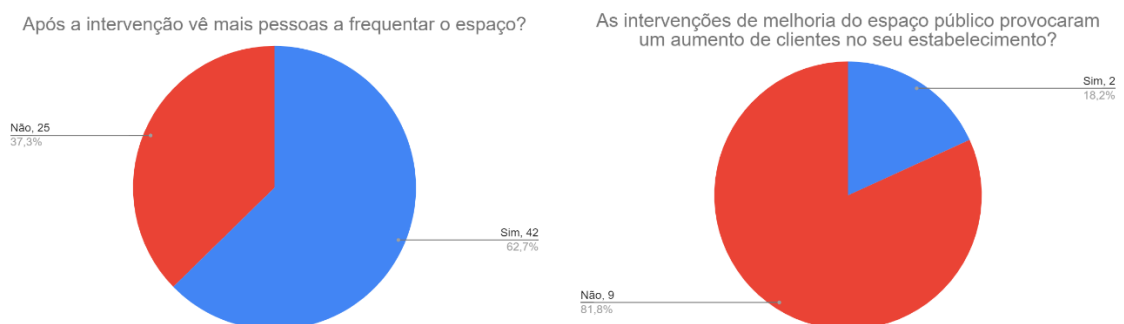


Figura 18 e 19 - Aplicação do questionário aos utilizadores e comerciantes (respetivamente) da Rua Actriz Palmira Bastos
 Fonte: Recolhidos e tratados pelo autor

Atendendo agora ao indicador “O comércio serve a envolvente?”, observando a figura 20 é possível constatar que 64.2% afirma que a intervenção provocou de alguma forma algum impacto no comércio existente, aumentando a sua visibilidade e a mobilidade pedonal dentro da área de intervenção. Contudo, é importante considerar os inquiridos que afirmaram que a intervenção não provou nenhum impacto (35.8%) no comércio existente. Ainda associado à figura 18, é pertinente recordar que segundo alguns inquéritos realizados, este espaço foi afetado negativamente, ou seja, segundo os inquiridos houve uma perda de comércio na rua, influenciada pela nova estética e acessibilidade da mesma.

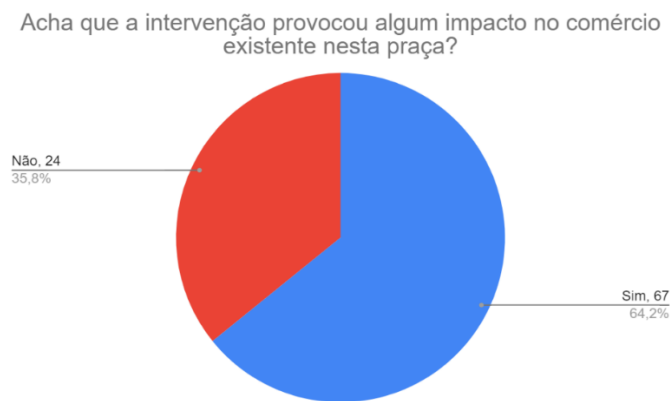


Figura 20 - Aplicação do questionário aos utilizadores da Rua Actriz Palmira Bastos
Fonte: Recolhidos e tratados pelo autor

De forma complementar ao indicador anteriormente referido, ao aplicar o questionário aos utilizadores da Rua Actriz Palmira Bastos, constata-se que, apesar do efetivo impacto que a intervenção de requalificação teve, os utilizadores e residentes do espaço consideram que a atual diversidade comercial serve perfeitamente às suas necessidades existentes, isto é, a grande totalidade do comércio é de proximidade, servindo diariamente as necessidades dos seus utilizadores, promovendo a sua utilização.

Por fim, analisa-se os indicadores “Locais promotores de sociabilidade” e “O espaço é seguro?”. Estes dois indicadores encontram-se relacionados diretamente entre si, maior segurança permite que o espaço seja mais sociável e por sua vez mais utilizado por todos. Analisando os respetivos dados constata-se que 100% dos utilizadores inquiridos confirmam a presença de um local que promove a sociabilidade dos residentes e dos próprios utilizadores do espaço, afirmando que os principais locais associados a este fenómeno são os estabelecimentos comerciais e os bancos de jardim. É possível ainda observar que, quando inquiridos sobre a sua segurança, 100% afirma sentir-se seguro no local, referindo principalmente que a iluminação e o fato de ser um bairro familiar contribuem para este sentimento.

6.1.1. Avaliação da intervenção

Tendo em consideração todo o corpo teórico e o resultado do trabalho de campo, é agora possível e necessário realizar uma avaliação das intervenções escolhidas, tendo em consideração as informações recolhidas e os objetivos específicos definidos previamente para cada intervenção realizada.

Considerando o quadro 22, observa-se os objetivos específicos definidos para a respetiva intervenção, bem como o seu grau de execução.

Quadro 22 - Objetivos definidos para a Rua Actriz Palmira Bastos

Objetivos	
1. Melhorar a circulação de peões, por introdução de pavimento confortável e rebaixado, junto ao canal rodoviário	✓
2. Instalar pavimentos e materiais que deem à rua uma característica própria e uma imagem diferente da envolvente	✓
3. Introduzir passadeiras bem identificadas nos pontos principais de atravessamento da rua	✓
4. Criar e reforçar as zonas de lazer, com bancos e mais vegetação, juntos dos espaços de restauração e de convívio	✗
5. Melhorar a ligação pedonal à Rua Luiz Pacheco	✓
6. Regular o trânsito e reordenar o estacionamento	✓
7. Construir novas redes de eletricidade e introduzir nova iluminação pública	✓

Fonte: CML (2015)

Observando o primeiro objetivo, *melhorar a circulação de peões, por introdução de pavimento confortável e rebaixado, junto ao canal rodoviário*, é possível constatar que foi realizado com sucesso. A criação de passeios mais largos, de pavimento uniforme e cómodo, efetivamente rebaixados em direção ao canal rodoviário, facilitando a acessibilidade e a movimentação pedonal, permite concluir que este objetivo em específico encontra-se realizado, tendo em consideração as ações delimitadas previamente. Contudo, é necessário realizar uma pequena nota associada a este objetivo: os comerciantes, quando inquiridos sobre a qualidade do espaço intervencionado, afirmaram que a existência de uma área

pedonal muito grande prejudica o comércio da rua em questão, não havendo estacionamento e organização viária suficiente para sustentar o fluxo de pessoas previsto.

Passando para o segundo objetivo, *instalar pavimentos e materiais que deem à rua uma característica própria e uma imagem diferente da envolvente*, pode-se constatar que existe uma clara delimitação e, por sua vez, distinção face à sua envolvente direta. O espaço, caracterizado pela modernização e uniformidade material garante assim uma criação de uma identidade estética própria, o que não só permite uma distinção das ruas envolventes, mas também do bairro onde se encontra integrado. Desta forma, é possível concluir que este objetivo foi realizado com sucesso.

Tendo em consideração o terceiro objetivo, *introduzir passadeiras bem identificadas nos pontos principais de atravessamento da rua*, percebe-se que este foi realizado com bastante sucesso. A intervenção realizada contribuiu para um aumento considerável do número de passadeiras existentes na rua em causa, aumentando de 2 para 5 ao longo dos cruzamentos mais movimentados. É ainda importante referir que, através da observação e leitura da tabela de indicadores urbanos associada a esta intervenção, todas as passadeiras são atualmente acessíveis, algo que não se verificava antes da requalificação realizada.

Observando o quarto objetivo, *criar e reforçar as zonas de lazer, com bancos e mais vegetação, junto dos espaços de restauração e de convívio*, conclui-se que não foi realizado com sucesso. Efetivamente, de acordo com a observação, os dados presentes na tabela de indicadores e os inquéritos é observável um aumento significativo de bancos ao longo de toda a rua, estando bem distribuídos e de forma uniforme, contudo, houve uma diminuição da área verde total, agravada pela ausência de áreas específicas dedicadas ao lazer. Esta ausência é justificada pela própria fisionomia da rua e pela execução de alguns objetivos retratados anteriormente, como por exemplo, o foco na mobilidade pedonal e o aumento significativo do pavimento apoiado em materiais que atribuam uma imagem própria.

Passando agora para o quinto objetivo, *melhorar a ligação pedonal à Rua Luiz Pacheco*, é possível constatar que o mesmo foi realizado com sucesso. Derivado das preocupações crescentes com as conectividades pedonais e cicláveis, conclui-se que houve uma melhoria considerável nos acessos pedonais gerais, promovendo-se ainda a futura conectividade à rede ciclável da cidade de Lisboa. Posto isto, é ainda importante considerar os próprios movimentos e a sobrevivência comercial e social da rua em questão, sendo as conexões às áreas envolventes essenciais.

Considerando agora o sexto objetivo, *regular o trânsito e reordenar o estacionamento*, denota-se que o mesmo foi realizado, contudo, é um importante referir que é um dos que gera menos consenso tendo em conta a opinião dos residentes e utilizadores do espaço. Efetivamente, tendo em consideração a tabela de indicadores e a observação é possível constatar que houve uma reordenação profunda do espaço viário, que passou pela

regularização do trânsito e pela reorganização dos lugares de estacionamento. Contudo, devido à eliminação dos lugares de estacionamento ilegais e pelo aumento significativo do espaço pedonal, não existem lugares de estacionamento suficientes para sustentar toda a população e comércio ali instalado.

Por fim, o sétimo e último objetivo, *construir novas redes de eletricidade e introduzir nova iluminação pública*, foi realizado com elevado sucesso. A intervenção veio trazer um aumento significativo da iluminação pública (50 candeeiros), promovendo assim a comodidade do local e a sua segurança, sendo este um fator importante para a sociabilidade e utilização contínua do local.

Neste sentido, considerando a execução de 6 dos 7 objetivos pré definidos pela Câmara Municipal de Lisboa para a intervenção da Rua Actriz Palmira Bastos e os dados obtidos através da observação e do preenchimento da tabela de indicadores urbanos, conclui-se que a intervenção foi realizada com muito bom aproveitamento. Contudo, é necessário fazer um pequeno acrescento à avaliação realizada, sendo esse a opinião pública (principalmente dos comerciantes) verificada através da realização dos inquéritos. Apesar da grande realização prática, tendo em conta os objetivos definidos, a opinião pública (dos comerciantes) da intervenção realizada é extremamente negativa, afirmando que não foram respeitadas as dinâmicas comerciais que ali existiam, que o espaço pedonal e rodoviário foi extremamente prejudicado pela intervenção e que derivado da mesma o seu fluxo comercial diminuiu imenso. É ainda perceptível que a intervenção teve um grande impacto na dimensão física do seu espaço. Neste sentido, os principais impactos apresentados foram uma transformação visual profunda na rua, melhorando os seus eixos de circulação pedonal e viária (apesar da conotação negativa transmitida pelos comerciantes face à intervenção viária) e a criação de uma identidade/distinção visual própria, resultado das transformações físicas e do objetivo de atribuir uma diferenciação estética à Rua Actriz Palmira Bastos, tendo em conta a envolvente.

A tabela de avaliação de indicadores urbanos utilizada permitiu compreender também que tendo em consideração a inicial tabela de indicadores da CML, não seria possível efetuar uma eficaz avaliação das intervenções, constatando que a nova tabela, que contempla várias dimensões e uma larga bateria de indicadores é muito mais regular e fidedigna, permitindo avaliar e responder aos objetivos definidos para esta obra.

6.2. Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo - Fonte Nova

Tendo em consideração o quadro 23 observa-se a aplicação direta da tabela de indicadores para a avaliação do espaço público ao caso de estudo Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo - Fonte Nova, incluindo ainda uma avaliação individual de cada indicador, confirmando assim a sua respetiva validade.

À semelhança da análise anteriormente realizada, é necessário avaliar, inicialmente, o ambiente construído e compreender como as respetivas dimensões se refletem em conjunto e individualmente no espaço público. Relativamente ao espaço público observa-se uma avaliação positiva em todos os respetivos indicadores, sendo que o que tem uma maior variação são as praças e os largos. Observando agora o conjunto de indicadores integrantes do espaço rodoviário, é verificável uma tendência positiva, com uma maior expressão nos estacionamento (regulares e acessíveis) e nas passeadeiras. Aqui observa-se ainda uma particularidade do espaço público, a sua suscetibilidade e necessidade de atribuir qualidade em detrimento da quantidade, sendo exemplo as passeadeiras e os estacionamento, que anteriormente à intervenção não eram acessíveis nem regulados. É necessário ainda fazer uma pequena referência para a colocação de parquímetros, tal como acontece em outros bairros da cidade de Lisboa. Por fim, no que diz respeito aos equipamentos urbanos, é possível observar uma avaliação totalmente positiva referente aos indicadores urbanos aplicados, havendo uma maior expressão associada ao mobiliário urbano em si.

Passando para a dimensão ambiental, mais especificamente o ambiente e ecologia, podemos observar que a expressão é tendencialmente positiva, sendo que os indicadores referentes às árvores e aos jardins têm uma validação negativa derivado da necessidade de organização do espaço em si, atribuindo novas funcionalidades ao mesmo. Relativamente aos usos do edificado, é possível observar uma manutenção com um aumento pouco expressivo da restauração, que se justifica pelos novos usos atribuídos ao espaço após a sua intervenção.

Observando agora as dimensões simbólicas (simbolismo) e de usos sociais conclui-se que, respetivamente, há um aumento bastante significativo. Analisando em primeiro lugar o carácter de lugar, é possível perceber que há uma tendência positiva atribuída ao mesmo, justificada pelo aumento significativo dos elementos escultóricos presentes no espaço e pela quebra de elementos dissonantes associados ao mesmo. Relativamente aos usos sociais, é de facto o melhor exemplo para uma validação totalmente positiva dos indicadores utilizados. Isto justifica-se pela forte intervenção ocorrida no local, que alterou as dinâmicas espaciais e sociais, facilitando a utilização do espaço por todos, atribuindo segurança e dinamismo ao espaço.

Quadro 23 - Aplicação da tabela de avaliação de indicadores urbanos, Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo

		Área de Intervenção (m2) - 33495,00	Memória descritiva do espaço intervenido						
		Número de habitantes - 12312	Espaço conhecido pela sua localização privilegiada face ao centro comercial Fonte Nova, estende-se até ao entroncamento da Rua Joaquim Paço D'Arcos, Rua António Saúde e à Estrada de Benfica. Pertencente à freguesia de Benfica e São Domingos de Benfica, foi intervenida a 1 de março de 2017						
		Número de Empregados - 9128							
		Número de fogos - n/s							
		Elementos a Quantificar (Estatística, observação)	Pré-Requalificação (Antes da Intervenção)	Rácio por área de Intervenção %	Rácio por habitante %	Pós-Requalificação (Resultado da Intervenção)	Rácio por área de Intervenção %	Rácio por habitante %	Validação de rácio
Matriz comum entre espaços públicos	Ambiente construído	Espaço Público							
		Área pedonal total (m2)	n/s	n/s	n/s	15899,4	47,468	129,137	Positivo
		Pracetas e Largos (nº)	1	0,00299	0,0081	4	0,012	0,032	Positivo
		Conetividade à rede pedonal (s/n)	Sim	--	--	Sim	--	--	Positivo
		Conetividade à rede ciclável (s/n)	Sim	--	--	Sim	--	--	Positivo
		Espaço Rodoviário							
		Faixa de rodagem (m2)	8872,75	26,49	72,07	7719,4	23,05	62,70	Positivo
		Estacionamentos (nº)	480	1,43	3,90	235	0,70	1,91	Positivo
		Estacionamentos acessíveis (nº)	0	--	--	6	0,02	0,05	Positivo
		Estacionamento tarifado (nº)	0	--	--	235	0,70	1,91	Negativo
		Passadeiras (nº)	21	0,06	0,17	11	0,03	0,09	Positivo
		Passadeiras acessíveis (nº)	0	--	--	11	0,03	0,09	Positivo
		Conflitos/Cruzamentos (nº)	6	0,02	0,05	6	0,02	0,05	Negativo
		Equipamentos Urbanos							
		Abrigos de T.Público (nº)	3	0,01	0,02	3	0,01	0,02	Positivo
		Bancos de Jardim (nº)	0	--	--	5	0,01	0,04	Positivo
		Iluminação Pública (nº)	34	0,10	0,28	104	0,31	0,84	Positivo
		Papeleiras (nº)	14	0,04	0,11	29	0,09	0,24	Positivo
	Parque Infantil (nº)	0	--	--	1	0,00	0,01	Positivo	
	Quiosques (nº)	1	0,003	0,01	2	0,01	0,02	Positivo	
	Equipamentos desportivos e de lazer (nº)	0	--	--	2	0,01	0,02	Positivo	
	Estacionamento de bicicletas (nº)	0	--	--	5	0,01	0,04	Positivo	
	Estações Gira (nº)	0	--	--	1	0,003	0,01	Positivo	
	Instalações sanitárias (nº)	0	--	--	0	--	--	--	
	Ambiente								
	Ambiente e Ecologia								
	Área verde total (m2)	680	2,03	5,52	4764,27	14,22	38,70	Positivo	
	Árvores (nº)	111	0,33	0,90	104	0,31	0,84	Negativo	
	Pontos carga eléctrica veículos (nº)	0	--	--	4	0,01	0,03	Positivo	
	Jardins (nº)	1	0,003	0,01	0	--	--	Negativo	
	Eco-ilhas subterrâneas (nº)	0	--	--	1	0,003	0,01	Positivo	
	Eco-ilhas (nº)	1	0,003	0,01	0	--	--	Positivo	
	Funcionalidades e função económica								
	Usos do Edificado								
	Estabelecimentos comerciais (nº)	211	0,63	1,71	85	0,25	0,69	--	
	Construções (nº)	0	--	--	0	--	--	--	
	Habitacões (nº)	7511	22,42	61,01	n/s	n/s	n/s	--	
	Restauração (nº)	3	0,01	0,02	4	0,01	0,03	Positivo	
	Serviços (Públicos ou Pessoais) (nº)	4	0,01	0,03	4	0,01	0,03	Positivo	
	Elementos a quantificar (Inquéritos e observação)								
	Simbolismo								
	Carácter do Lugar								
	Elementos dissonantes (nº)	1	0,003	0,008	0	--	--	Positivo	
	Elementos escultóricos/artísticos (nº)	0	--	--	5	0,01	0,04	Positivo	
	Elementos reconhecidos de lugar (s/n)	Sim	--	--	Sim	--	--	Positivo	
Edifícios classificados (nº)	0	--	--	0	--	--	--		
Nº de Fitomonumentos (nº)	0	--	--	0	--	--	--		
Usos Sociais									
Capacidade de ser usado por todos? (s/n)	Não	--	--	Sim	--	--	Positivo		
As pessoas continuam a utilizar o espaço? (s/n)	Não	--	--	Sim	--	--	Positivo		
Há mais pessoas a utilizar o espaço? (s/n)	Não	--	--	Sim	--	--	Positivo		
O comércio serve a envolvente? (s/n)	Sim	--	--	Sim	--	--	Positivo		
Locais promotores de sociabilidade? (s/n)	Sim	--	--	Sim	--	--	Positivo		
Há mulheres a utilizar o espaço? (s/n)	Sim	--	--	Sim	--	--	Positivo		
Há crianças a utilizar o espaço? (s/n)	Não	--	--	Sim	--	--	Positivo		
O espaço é seguro? (s/n)	Não	--	--	Sim	--	--	Positivo		

Valores a vermelho referentes a um buffer de 500 metros

Fonte própria

Relativamente ao indicador “Há mais pessoas a utilizar o espaço?”, novamente, 100% dos inquiridos afirmam que vêm mais pessoas a utilizar o espaço após a intervenção realizada. Esta perspetiva é novamente confirmada pelas novas funcionalidades atribuídas ao espaço em si, lazer, comunicação e desporto. Contudo, considerando a figura 22, podemos observar uma perspetiva comercial (retirado do questionário aos comerciantes) e concluir que no que diz respeito ao fluxo de clientes, 50% afirma ter aumentado e 50% afirma não ter aumentado, justificando que advém da sua tipologia comercial.

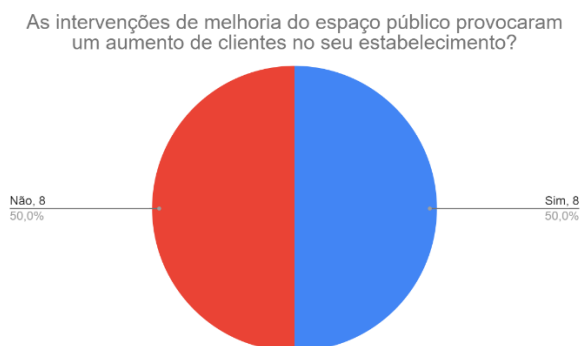


Figura 22 - Aplicação do questionário aos comerciantes da Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo
Fonte: Recolhidos e tratados pelo autor

Atendendo agora ao indicador “O comércio serve a envolvente?”, é possível retirar que, claramente, que 100% afirma que a intervenção teve de alguma forma impacto na dimensão comercial da área, afirmando que melhorou imenso o comércio face às condições anteriores à requalificação, atribuindo uma nova vida comercial à área.

De forma complementar ao indicador mencionado anteriormente, é possível constatar que o impacto da requalificação no comércio foi bastante considerável, ajudando a manter a sensação de que o atual *mix* comercial serve todas as necessidades (100%) de quem utiliza o espaço, motivando as pessoas a continuar a frequentar o mesmo. À semelhança do caso anteriormente retratado (Rua Actriz Palmira Bastos), uma grande fatia do comércio é de proximidade, servindo a população que reside na área ou a frequenta.

Por fim, os indicadores “Locais promotores de sociabilidade” e “O espaço é seguro?”. Devido à semelhança e relação entre estes dois indicadores é interessante que sejam analisados em conjunto ou seja, maior segurança permite que o espaço seja mais sociável e, por sua vez, mais utilizado por todos. Deste modo, considerando os resultados obtidos, concluímos que 100% dos inquiridos afirmam que o local que promove a sociabilidade dos residentes e outros utilizadores do espaço, afirmando que os principais locais associados a este fenómeno são os estabelecimentos comerciais, os bancos de jardim, quiosques e o califa. É possível ainda observar que à semelhança da análise anterior, quando inquiridos sobre a sua segurança, 100% afirma sentir-se seguro no local, referindo principalmente que a iluminação, a abertura do espaço e o elevado movimento contribuem para este sentimento.

6.2.1. Avaliação da Intervenção

À semelhança da Rua Actriz Palmira Bastos, é agora possível e necessário realizar uma avaliação das intervenções escolhidas, tendo em consideração as informações recolhidas e os objetivos específicos definidos previamente para cada intervenção realizada.

Considerando o quadro 24, referente à intervenção ocorrida na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, observa-se os objetivos específicos definidos para a respetiva intervenção, bem como o seu grau de execução.

Quadro 24 - Objetivos definidos para a Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo

Objetivos	
1. Privilegiar e melhorar o espaço público em geral, com o aumento das áreas pedonais e da segurança para os peões.	✓
2. Criar uma “grande praça” que unifique os dois troços da Estrada de Benfica, interrompidos pelo viaduto, permitindo a circulação contínua dos peões de nascente para poente, melhorando todos os fluxos pedonais e viários.	✓
3. Criar uma relação entre o edifício do Centro Comercial Fonte Nova, a ponte e a banda de edifícios de serviços e comércio, a nascente, dinamizando e fortalecendo o comércio local.	✓
4. Valorizar as árvores existentes de Tipuanas, conservando todos os exemplares e plantando novos, qualificando o ambiente através do aproveitamento das suas sombras.	✓
5. Criar espaços de estadia e de lazer, com quiosques, esplanadas, relvados e equipamentos infantis.	✓
6. Introduzir uma fonte com repuxos de água, que proporcionem calma e bem estar, atenuando o ruído dos carros da segunda circular.	✓
7. Permitir que a parte inferior do viaduto seja usada para a prática desportiva, dotando-a de iluminação noturna.	✓
8. Criar uma forte ligação pedonal da “praça”(zona de estacionamento atual sob o viaduto) à zona do califa.	✓

Fonte: CML (2015)

Iniciando com a observação do primeiro objetivo, *privilegiar e melhorar o espaço público em geral, com o aumento das áreas pedonais e da segurança para os peões*, afirma-se que a sua execução foi realizada com sucesso. Considerando aquilo que a área em causa era, compreende-se que houve uma melhoria a grande escala do espaço público, englobando

áreas pedonais e a segurança em geral. Derivado da profunda intervenção, houve um aumento das relações sociais com o espaço em si, promovendo a sua utilização.

Considerando o segundo objetivo, *criar uma “grande praça” que unifique os dois troços da Estrada de Benfica, interrompidos pelo viaduto, permitindo a circulação contínua dos peões de nascente para poente, melhorando todos os fluxos pedonais e viários*, é perceptível, que este objetivo foi realizado com elevado grau de execução. A criação de uma “grande praça” foi conseguida pela criação de um espaço amplo, com sensivelmente 15899,4 m² de área pedonal, o que corresponde a quase 50% do total da intervenção realizada. Relativamente à circulação pedonal e viária, é possível observar a criação de novas rotas de circulação.

Observando o terceiro objetivo para esta intervenção, *criar uma relação entre o edifício do Centro Comercial Fonte Nova, a ponte e a banda de edifícios de serviços e comércio, a nascente, dinamizando e fortalecendo o comércio local*, é compreensível que houve um grande fortalecimento das relações locais internas. Houve, efetivamente, uma grande melhoria das acessibilidades pedonais e viárias, o que permitiu a criação de uma relação harmoniosa entre os vários eixos e dimensões da praça intervencionada.

Tendo em consideração o quarto objetivo descrito, *valorizar as árvores existentes de Tipuanas, conservando todos os exemplares e plantando novos, qualificando o ambiente através do aproveitamento das suas sombras*, conseguimos observar que este foi realizado com sucesso, tendo-se tornado uma grande referência deste local. Houve um enorme aumento na área total verde disponível na área, criando assim uma zona caracterizada pela abundância de espaços verdes e sobras provenientes das tipuanas. Contudo, apesar deste aumento tão significativo houve um ligeiro decréscimo no número total de árvores, passando de 111 para 104.

O quinto objetivo, *criar espaços de estadia e de lazer, com quiosques, esplanadas, relvados e equipamentos infantis*, foi efetivamente realizado com sucesso. Houve a criação de 2 quiosques com esplanada, algo que antes não existia, a criação de um parque infantil e uma área de lazer contínua, proporcionada pela amplitude e continuidade do espaço em geral.

Observando o sexto objetivo, *introduzir uma fonte com repuxos de água, que proporcionem calma e bem estar, atenuando o ruído dos carros da segunda circular*, constata-se que este foi realizado com sucesso. Com este objetivo almejava-se proporcionar um elemento tranquilizador ao espaço, ajudando ainda a atenuar os ruídos proporcionados pela envolvente. Contudo, é necessário que de todas as vezes que o espaço foi visitado no âmbito desta investigação, a fonte encontrava-se desligada, não servindo assim o seu propósito.

Considerando o sétimo objetivo, *permitir que a parte inferior do viaduto seja usada para a prática desportiva, dotando-a de iluminação noturna*, pode-se afirmar que o mesmo

foi, à semelhança de todos os outros, realizado com sucesso. Ao considerar este objetivo, é necessário compreender a dualidade de significado aqui existente. Em primeiro lugar, houve efetivamente uma melhoria na iluminação noturna, que juntamente com o aumento significativo do espaço proporciona um ótimo local dedicado e potencializador da prática desportiva. Em segundo lugar, conclui-se que este objetivo resulta de uma intervenção profunda no espaço, que mudou as vivências e as suas utilizações, tornando o espaço mais seguro, vivido, potencializando a sua utilização a qualquer hora do dia.

Por fim, o oitavo e último objetivo, *criar uma forte ligação pedonal da “praça” (área de estacionamento atual sob o viaduto)* à área do califa, foi à semelhança do objetivo anteriormente descrito, realizado com sucesso e surge na sequência de outros objetivos. Como já foi referido anteriormente, um dos principais objetivos era a intervenção profunda do espaço, visando a alteração das utilizações, vivências e circulações, sendo que este objetivo em específico surge como complemento a isso. Houve efetivamente uma melhoria da conectividade entre os eixos da área intervencionada, ajudando a criar uma forte ligação pedonal, segura, clara e coesa, entre os diferentes espaços.

Posto isto, considerando a execução total dos objetivos pré definidos pela Câmara Municipal de Lisboa para a intervenção da Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo e os dados obtidos através da observação e do preenchimento da tabela de indicadores urbanos, conclui-se que a intervenção foi realizada com sucesso. Ao contrário da situação retratada anteriormente, aqui é possível observar uma total aceitação por parte dos comerciantes e utilizadores da praça, sendo pertinente afirmar que a intervenção ajudou a introduzir um sentimento de pertença, apelando ainda à criação de uma identidade única e própria. É ainda perceptível que os impactos foram extremamente importantes em todas as dimensões integrantes e avaliativas do espaço público e requalificação urbana. A intervenção realizada visou e constatou uma transformação total do espaço programado e da sua envolvente, impactando positivamente em todas as dimensões, destacando-se: a transformação total do espaço físico em si, comportando acessibilidade e funcionalidade, aumento da segurança e criação de um grande sentimento de pertença e identidade.

A tabela de avaliação de indicadores urbanos utilizada permitiu compreender também que tendo em consideração o pequeno e restrito conjunto de indicadores constatados previamente (indicadores da CML), não seria possível efetuar uma boa avaliação das intervenções, constatando que a nova tabela, que contempla várias dimensões e uma larga bateria de indicadores é mais abrangente, permitindo avaliar e responder aos objetivos definidos para esta obra.

7. Avaliação da tabela de avaliação de indicadores urbanos

Tendo em consideração o corpo teórico analisado anteriormente, juntamente com os indicadores urbanos e a componente prática deste relatório, é possível e extremamente importante realizar uma avaliação minuciosa e objetiva à tabela atualizada de indicadores urbanos para a avaliação do espaço público (quadro 16).

Recordando a definição de indicador urbano, é um dado que pretende constatar o estado de algo representado no espaço público, sendo observado de forma concreta, objetiva, num determinado espaço e tempo. Pode ser um dado estatístico que tem como objetivo apresentar uma síntese de determinada situação, facilitando a sua análise e comparação. Posto isto, é necessário explicar a pertinência da tabela atualizada, sobretudo como os indicadores das dimensões introduzidas nesta versão da tabela permitem uma nova e mais abrangente leitura das intervenções de requalificação do espaço público, como metodologia e o funcionamento da validação dos rácios.

Iniciando por explicar a pertinência da tabela atualizada de indicadores urbanos, é necessário lembrar a principal lacuna atribuída às intervenções e à avaliação do espaço público: a inexistência de processos sistemáticos de avaliação de projetos de espaço público, sendo que quando existem, é dada primazia da dimensão física do espaço, comportando maioritariamente as suas especificidades mais objetivas, descurando as dimensões sociais, de carácter de lugar e simbólicas. Neste sentido, a sua pertinência justifica-se facilmente devido à inclusão de mais dimensões do espaço público, identificadas como essenciais. Seguindo esta linha de raciocínio, as novas adições atribuem uma nova leitura sobre as intervenções realizadas no espaço público. As novas adições, facilitam a avaliação dos impactos da requalificação urbana sob novas perspetivas que, apesar de não estarem presentes na matriz inicial, não deixam de ser tão importantes quanto a dimensão física. A este nível, destaca-se as dimensões carácter de lugar e usos sociais, que devem levar-se em consideração, pois representam uma visão mais subjetiva do território. Permitem observar transformações à escala local, por vezes, realçando a necessidade de salvaguardar elementos menos mensuráveis, associados à cultura do lugar

Para a análise das dimensões mencionadas anteriormente, recorreremos a uma ferramenta relevante: os inquéritos. Este instrumento revelou-se como essencial para o desenvolvimento e obtenção de dados para o preenchimento da tabela de indicadores urbanos. Como instrumento de obtenção de dados, os inquéritos realizados aos comerciantes e aos utilizadores dos espaços analisados permitiram obter informações mais pormenorizadas sobre a área, as quais não seriam possíveis obter através da observação ou pelo tratamento de dados estatísticos de outras fontes. Os inquéritos foram particularmente relevantes em determinadas dimensões, nomeadamente nos “usos sociais”. Para uma maior

e melhor compreensão do espaço intervencionado é necessário analisar informações que comportem não só a dimensão física, mas também a dimensão identitária e usos (sociais e comerciais). Para isto é necessário proceder à utilização de metodologias que permitam a recolha de dados qualitativos, nomeadamente a opinião dos próprios utilizadores dos espaços intervencionados. Deste modo, justifica-se a necessidade de utilização de um inquérito aos comerciantes e aos residentes que permitam o preenchimento dos campos da tabela que não ser recolhidos através de outros métodos.

Naturalmente que, dependendo dos objetivos, alguns indicadores têm uma importância maior do que outros. Durante determinada intervenção num espaço urbano, é expectável que haja transformações em diferentes graus. Tendo isto em consideração, e de forma a facilitar a análise individual e agrupada dos indicadores, foi criada uma coluna dedicada exclusivamente à validação dos rácios. Os rácios, devido à reduzida dimensão das áreas de intervenção em si, terão sempre valores demasiado pequenos, contudo úteis, e cuja agregação à coluna “validação de rácios” facilita a sua leitura. Esta coluna permite ainda compreender outra especificidade das intervenções no espaço público, isto é, há exemplos em que é possível observar uma validação positiva de um rácio mas que a sua variação é tendencialmente negativa. Por exemplo, determinada intervenção, pode levar a uma diminuição do número de passeadeiras, mas as que restam passaram a localizar-se em pontos mais úteis para a população.

Considerando a análise e a compreensão da tabela de indicadores urbanos para a avaliação do espaço público, esta depende essencialmente de metodologias objetivas e práticas, que permitem um maior envolvimento e proximidade com a área intervencionada. É possível ainda compreender que a atualização da tabela incorpora todas as dimensões associadas ao espaço público, permitindo assim uma maior abrangência dos processos de avaliação.

É importante mencionar que a pertinência do quadro 16 justifica-se essencialmente pela sua adaptabilidade e inclusão, facilitando a compreensão dos processos de intervenção no território, podendo ser usada em novos projetos que objetivem a requalificação do espaço público.

8. Discussão e conclusões

De forma sintética, é possível considerar que as intervenções terão tido um efeito consideravelmente positivo tanto na Rua Actriz Bastos como na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, pois ambas as intervenções cumpriram parcialmente ou completamente os seus objetivos pré definidos, influenciando positivamente a sua envolvente.

Contudo, é necessário retomar o objetivo principal definido para esta investigação: *Compreender os impactos da requalificação urbana no espaço público, tendo como componente prática (variável observável) duas praças selecionadas do programa “Uma Praça em cada Bairro”.*

Referente aos impactos da requalificação no espaço público, é necessário relembrar que as dimensões associadas ao espaço público representam uma componente importante, permitindo definir pontos de partida e uma linha metodológica a seguir.

Seguindo a ideia constatada no parágrafo anterior e observando a figura 23, entende-se que o espaço público e a própria requalificação urbana encontram-se relacionados pelas suas próprias dimensões, diferenciando apenas o propósito das mesmas. Neste sentido, para compreender os impactos das intervenções é necessário considerar todas as dimensões integrantes do próprio conceito de espaço público. Para isto, foi necessário analisar a tabela de indicadores pré-existentes da Câmara Municipal de Lisboa, constatando-se a inexistência de diversas dimensões. Posteriormente, foi realizada a sua respetiva atualização e aplicação aos 2 casos de estudo.

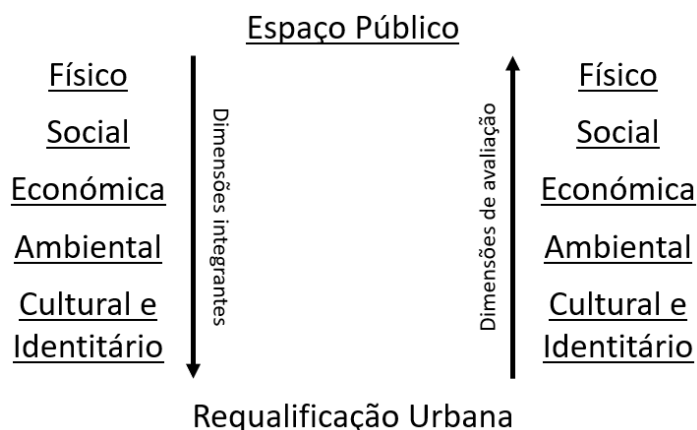


Figura 23 - Conceitos e as suas Dimensões associadas

Fonte própria

Considerando a Rua Actriz Palmira Bastos e todas as dimensões identificadas como essenciais para uma boa avaliação dos impactos no espaço público percebe-se que, a sua intervenção de requalificação impactou essencialmente a dimensão física do espaço público, tendo tido grande influência naquilo que é observável. Neste sentido, os principais impactos centram-se na transformação visual da rua, melhorando os seus eixos de circulação pedonal

e viária (apesar da conotação negativa transmitida pelos comerciantes face à intervenção viária) e na criação de uma identidade/distinção visual própria, resultado das transformações físicas e do objetivo de atribuir uma diferenciação estética à Rua Actriz Palmira Bastos, face à envolvente. No que diz respeito à Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, é perceptível que os impactos foram extremamente importantes em todas as dimensões do espaço público e requalificação urbana. A intervenção realizada visou uma transformação total do espaço público e da sua envolvente, impactando positivamente todas as dimensões, destacando-se: a transformação significativa do espaço físico em si, comportando acessibilidade e funcionalidade, o que resultou num aumento da sensação de segurança e criação de um grande sentimento de pertença e identidade.

Compreendidos os principais impactos, é agora indispensável recordar a importância da metodologia criada para a sua obtenção. A tabela de indicadores urbanos para a avaliação do espaço público surge como uma metodologia inovadora, abrangente e prática, não só por incluir diversas dimensões identificadas como essenciais para o espaço público, mas também por permitir efetuar um diagnóstico prático e eficaz ao espaço público. É de considerar ainda que a grande abrangência da tabela permite avaliar vários e distintos projetos de espaço público.

Cada vez mais é possível compreender que o desenvolvimento das cidades contemporâneas passa por uma abordagem que integre todas as dimensões presentes do espaço público. Neste sentido, é necessário apelar a uma evolução contínua que fomente metodologias integradas e conectadas entre todas as dimensões presentes, de forma a permitir que se usufrua do espaço na sua totalidade e de forma eficiente.

A requalificação do espaço público tem assentado essencialmente na dimensão física e estética do que propriamente nas vivências do espaço, identidades e culturas. Contudo, a requalificação urbana dos espaços públicos deverá considerar as dimensões: coesão social, cultural, ambiental, física e económica.

Cada vez mais é perceptível que o sucesso de um espaço público passa pela sua contínua valorização enquanto um espaço integrante de uma cidade e elemento integrado numa rede densa e complexa. A monitorização dos espaços intervencionados irá permitir não só compreender os impactos efetivos de uma intervenção, mas também obter ensinamentos e adquirir conhecimentos que permitam moldar e melhorar intervenções futuras.

Com isto, considerando o programa *“Uma Praça em cada Bairro”*, é possível constatar que uma das suas componentes mais significativas é, precisamente, o carácter de proximidade dos espaços intervencionados. Da parte da autarquia, será premente a elaboração de uma rede de monitorização contínua do estado dos espaços intervencionados.

Deste modo, considerando a proximidade característica do programa, sendo ainda um elemento essencial para a requalificação do espaço público, é necessário constatar que a

tabela de indicadores urbanos previamente apresentada, presume que parte dos dados necessários para uma correta avaliação e monitorização do espaço público deve ser recolhido *in loco*. Neste sentido, a tabela atualizada pode ser um instrumento válido e útil ao dispor da autarquia para aquele efeito. Procura a proximidade com todas as suas dimensões integrantes, constatando também uma fácil avaliação do território, sendo que a tabela contém ainda um questionário agregado que potencializa a ligação entre o programa, o local intervencionado e os seus utilizadores.

Contemplando todo o trabalho realizado, é possível constatar que alcançamos todos os objetivos a que nos propusemos, tendo a temática da avaliação de projetos de requalificação do espaço público sido trabalhada de forma objetiva. Isto permitiu avaliar e compreender os impactos das intervenções realizadas nas áreas selecionadas. Foi ainda possível criar uma metodologia de avaliação do espaço público abrangente que, no presente e futuro, poderá ser utilizada para avaliar vários projetos no âmbito do espaço público. Naturalmente, a tabela de indicadores criada poderá e deverá ser atualizada, se tal for considerado como necessário para se adequar a novas dinâmicas urbanas que poderão surgir.

9. Balanço de competências e conhecimentos adquiridos

O estágio realizado na Direção Municipal de Urbanismo no Departamento de Espaço Público na Divisão de Gestão de Projetos de Espaço Público (DGPEP), revelou ser uma experiência profissional enriquecedora, única e com um resultado bastante positivo.

Dotado de uma equipa multidisciplinar, dinâmica, prática e muito conhecedora do espaço público e da cidade de Lisboa, o DGPEP proporcionou-me uma experiência profissional completa a todos os níveis, facilitando o desenvolvimento deste relatório e o fornecimento dos dados necessários para a sua execução. O DGPEP detém ainda uma equipa com grandes qualidades sociais e de acolhimento, o que proporcionou uma ótima experiência sobre o que é ser um Geógrafo na Câmara Municipal de Lisboa.

O estágio permitiu ainda a possibilidade de aplicar muitos dos conhecimentos adquiridos ao longo da Licenciatura em Geografia e ao longo do Mestrado em Geografia Humana (Ex.: S.I.G., Geografia Cultural, Geografia Humana...), permitindo, sempre que possível, partilhar o meu conhecimento e contribuir para o programa "Uma Praça em cada Bairro". A experiência proporcionada pelo período de estágio (6 meses) deu-me a possibilidade de aprender novas formas de trabalho, tendo tido a possibilidade de realizar trabalho presencial, teletrabalho e trabalho de campo, ajudando assim a desenvolver as minhas capacidades profissionais na área da Geografia, mais especificamente na Geografia Humana e na gestão de espaço público.

Deste modo, é possível dividir os principais conhecimentos e competências adquiridos entre: competências instrumentais, interpessoais, sistémicas.

Relativamente às competências instrumentais, houve um claro aperfeiçoamento da capacidade de gestão de informação e resolução de problemas, fruto da necessidade em analisar de forma eficiente e proveitosa toda a informação referente ao programa e aos respetivos projetos. Ao longo do estágio realizado também foi possível observar um aumento significativo dos conhecimentos informáticos associados ao estudo em si, nomeadamente o reforço do software de sistema de informação geográfica (ArcGis) e aprendizagem do AutoCAD. De forma objetiva, o estágio permitiu ainda: apropriar-me do projeto "Uma Praça em Cada Bairro" e sobretudo do seu potencial na requalificação, reabilitação e regeneração das áreas da cidade de Lisboa confrontadas com problemas de declínio, como a desvitalização; robustecer o conhecimento sobre a requalificação do espaço público e, em particular, as ferramentas conceptuais e metodológicas, relacionadas com a sua avaliação; refletir sobre a matriz de indicadores mais adequados ao exercício da avaliação do espaço público; recolher, tratar e analisar informação documental e empírica de suporte à avaliação do espaço público; analisar de forma crítica a informação mobilizada pela equipa transdisciplinar na avaliação das praças intervencionadas, refletindo sobre as suas

potencialidades e constrangimentos; enriquecer a matriz de indicadores existente através da incorporação de novas dimensões analíticas, tendo em conta experiências internacionais, nomeadamente, o Project for Public Spaces (PPS), no Reino Unido.

Deste modo, houve de forma geral, um desenvolvimento significativo de novos processos de trabalho, possibilitando uma maior aproximação e integração da profissão de geógrafo na Câmara Municipal de Lisboa.

Referente às competências interpessoais, é de salientar que o trabalho realizado com uma equipa multidisciplinar fomentou o trabalho em equipa, o pensamento crítico e o reconhecimento do benefício da diversidade disciplinar. Associado aos conhecimentos descritos anteriormente é possível também constatar um aumento de competências sistémicas. Ou seja, houve um incremento da criatividade, autonomia e adaptabilidade a novas situações, decorrente do trabalho em equipa e do aumento da sensibilidade a novas situações e desafios. Considerando isto, é possível afirmar que houve ainda uma validação dos conhecimentos adquiridos ao longo da Licenciatura de Geografia e do Mestrado em Geografia Humana.

Desta forma, tendo em conta todas as competências e conhecimentos obtidos, é possível afirmar que o estágio realizado potencializou uma experiência única e essencial para o meu desenvolvimento académico e profissional.

Os objetivos propostos para este estágio foram atingidos na íntegra, agradecendo deste modo a toda a equipa da Divisão de Gestão de Projetos de Espaço Público que me acolheu ao longo destes 6 meses.

Referências

- Alves, F. (2003). Avaliação da qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta metodológica. Lisboa: *Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia*.
- André, P., Nevado, A., Luís, N. (2018). O Passado no Futuro na Cidade de Lisboa, Requalificação da Arquitetura e Regeneração Urbana por via da re-funcionalização, *Projeto História*, V.62, pp. 200-241.
- Arendt, H. (1972). *La crise de la culture*. Paris: Ideés/Gallimard.
- Baratto, R. (2013). *12 critérios para determinar um bom espaço público*. Archdaily. (Acedido em 24 de abril de 2022) obtido de <http://www.archdaily.com.br/br/01-115308/12-criterios-para-determinar-um-bom-espaço-publico>.
- Boavida-Portugal, L. (2004). As condições de sustentabilidade da reabilitação urbana, *Geo/Nova*, V.10, pp. 176-189.
- Brandão, P. (2002). *O chão da cidade*. Lisboa: Centro Português de Design.
- Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação coletiva: Bases para concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2015). *"Uma Praça em cada Bairro" - Caderno de Apresentação*. (Acedido em 20 de outubro de 2021) obtido de http://www.cmlisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNOPRACAS.pdf.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2015). *Relatório Metodológico "Uma Praça em cada Bairro"*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Cardoso, F. (2022). *Verde, da cor da cidade*. Smart Cities. (Acedido em 26 de setembro de 2022) obtido de <https://smart-cities.pt/arquitetura-e-urbanismo/verde-cordacidade0307/>.
- Carneiro, L. (2019). *Bairros de Lisboa. Lisboa: da Cidade para os Lisboaetas*. Câmara Municipal de Lisboa. (Acedido em 26 de setembro de 2022) obtido de https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/revista_lisboa_26.

- Dall'igna Ecker, V. (2020). O conceito de praça e a qualidade da paisagem urbana, *Revista Projetar - Projeto E Percepção Do Ambiente*, V.5, pp.101–110.
- Ercan, M. A. (2011). Challenges and conflicts in achieving sustainable communities in historic neighbourhoods of Istanbul, *Habitat International*, V.35, pp.295-306.
- Fernandes, A. (2012). *Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.
- Fiori, S. (2006). *Indicadores Urbanos: Avaliação, adequação e aplicação em Passo Fundo - RS/Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Francisco, M. (2005) Espaço público urbano: Oportunidade de identidade urbana participada. *A Geografia Ibérica no Contexto Europeu- Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia*. Évora. (Acedido em 26 de setembro de 2022) obtido de http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf.
- Gehl, J. (2010). *Cidades Para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva.
- Guerra, I., Seixas, J., Freitas, M., Moura, D., Afonso, J., Almeida, M., Caleia, N. (2005). *Políticas públicas de revitalização urbana. Reflexão para a formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN*, Relatório final, Lisboa: ISCTE/CET.
- Lopes, L. (2016). *Requalificação do Espaço Público: Critérios para a avaliação da qualidade do espaço público*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.
- Moreira, G. (2007). Requalificação urbana : alguns conceitos básicos. *Artitextos*, Nº5, pp. 117-129.
- Mumford, L. (1940). *The culture of cities*. Londres: Secker & Warburg.
- Oliveira, L. A. (2013). Padrões espaciais na morfologia urbana na Ilha de Santa Catarina: diálogos entre o local e o global, *Arquitetura da cidade contemporânea: sobre raízes, ritmos e caminhos*, V.3, pp.115-155.
- Pereira, A., (2012). Reflexões sobre o fenómeno da “centralidade” a partir do quadro teórico da “Antropologia da Cidade”, *Ponto Urbe*, V.11, pp. 1-13.

- Porfírio, F. (2022). *Identidade cultural: o que é, importância, exemplos*. Mundo Educação. (Acedido em 26 de setembro de 2022) obtido de <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/identidade-cultural.htm>.
- PPS. (s.d.). Project for Public Spaces. (Acedido em 26 de setembro de 2022) obtido de <http://www.pps.org/>.
- PPS. (s.d.). *What makes a successful Space?* Project for Public Spaces. (Acedido em 26 de setembro de 2022) obtido de <http://www.pps.org/reference/grplacefeat/>.
- Roberts, P., Sykes, H. (2012). *Urban Regeneration: A Handbook*. Califórnia: SAGE Publications Ltd.
- Rocha, C., (2019). *Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais. Lisboa e o Programa "Uma Praça em cada Bairro"*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Silva, Á. (2000). Urbanismo e Modernização das Cidades: O "Embellazamento" como ideal, Lisboa, 1858-1891. *Scripta Nova. Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales*, V.69, pp. 2-13.
- Silva, A. (2011). *Requalificação Urbana: O exemplo da intervenção Polis em Leiria*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Sitte, C. (1992). *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática.
- Vaz, N. (2005). *Florianópolis do outro lado do espelho*. Florianópolis: UFSC.
- Zheng, H., Shen, G., Wang, H. (2014). A review of recent studies on sustainable urban renewal, *Habitat International*, V.41, pp.272-279.

Anexos

Anexo 1 - Ficha de avaliação das intervenções em espaço público da Câmara de Lisboa



INTERVENÇÕES EM ESPAÇO PÚBLICO

Dados relativos às intervenções

I - INTERVENÇÃO

Designação da intervenção

Largo da Boa Hora à Ajuda

Freguesia

Ajuda

Ambito programático

Uma Praça em Cada Bairro

Area de intervenção

m²

hectares

Descrição da intervenção e principais objectivos

II - DADOS RELATIVOS À ÁREA DE INTERVENÇÃO - Situação de partida

1. Espaço Pedonal

Espaço pedonal total	<input type="text"/>	m ²	<input type="text"/>	km ²
Área pedonal total	<input type="text"/>	m ²	<input type="text"/>	km ²
Passeios	<input type="text"/>	m ²	Cicloviás existentes	<input type="text"/>
Praças	<input type="text"/>	m ²		<input type="text"/>
Pracetas e Largos	<input type="text"/>	m ²		metros lineares
Outros pavimentados	<input type="text"/>	m ²		
Área verde total	<input type="text"/>	m ²	<input type="text"/>	km ²
E. verde enquadramento	<input type="text"/>	m ²	Nº total de árvores	<input type="text"/>
Jardins	<input type="text"/>	m ²	Em áreas pedonais	<input type="text"/>
Outros espaços verdes	<input type="text"/>	m ²	Em espaços ajardinados	<input type="text"/>

2. Espaço Rodoviário

Área rodoviária total	<input type="text"/>	m ²	<input type="text"/>	km ²
2.1. Vias				
Vias rodoviárias	<input type="text"/>	m ²	Nº Travessias pedonais	<input type="text"/>
			Acessíveis	<input type="text"/>
2.2. Estacionamento				
Área de estacionamento	<input type="text"/>	m ²	Nº lugares formais	<input type="text"/>
			Nº lugares informais	<input type="text"/>

3. Mobiliário e Equipamento Urbano

Papeleira	<input type="text"/>			
Banco de jardim	<input type="text"/>		Nº Lugares sentados	<input type="text"/>
Mupi	<input type="text"/>			
Abrigo de paragem TP	<input type="text"/>			
Parque infantil	<input type="text"/>			

Anexo 2 – Questionário para a avaliação do espaço público, residentes/utilizadores do espaço

Questionário para a avaliação do espaço público, “Uma Praça em cada Bairro”

Praça/Intervenção: _____

Este questionário integra o relatório final do mestrado em Geografia Humana do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa. Tem como objetivo avaliar a intervenção realizada neste espaço e, por sua vez, compreender o seu impacto e evolução.

Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente a sustentar a pesquisa. A recolha da informação, o seu tratamento e posterior divulgação, será sempre feita preservando o anonimato da população inquirida e não será disponibilizada a terceiros.

Para qualquer esclarecimento podem contactar a equipa, para o endereço de e-mail diogo.henrique@edu.ulisboa.pt ou para o número de telefone do IGOT - 21 044 3000.

Residentes

Dimensão social, cultural e identitária:

1. Faixa etária:
< 18 anos 18 - 30 anos 30 - 50 anos 50 - 70 anos 70 < anos
2. Sexo: Masculino Feminino
3. Situação Profissional:
Estudante Trabalhador(a) independente Trabalhador(a) por conta de outrem
Desempregado(a) Reformado(a)
4. Residência: Nesta Rua Noutra rua da mesma freguesia Noutra freguesia de Lisboa Noutro município
5. Quais as atividades que realiza no local (máx. 3)? _____
6. Tendo em consideração as actividades anteriormente descritas, quantas horas por dia despense para a realização das mesmas? < 1 hora 1 - 2 horas 3 < horas
7. Como vê a intervenção realizada? Muito boa Boa Suficiente Má Muito má
8. Após a intervenção vê mais pessoas a frequentar o espaço? Sim Não
9. Enuncie 2/3 elementos da área que são mais representativos deste espaço:

10. Identifica-se com esta área? Sim Não
10.1. Se sim, porquê? _____
11. Há algum local que promova a sociabilidade dos residentes? Sim Não
11.1. Se sim, qual? _____
12. Sente que o espaço tem a capacidade de ser utilizado por todos? Sim Não
13. Sente-se segura nesta área? Sim Não
13.1. Porquê? _____
14. De 0 a 10, sendo 0 extremamente negativa e 10 extremamente positiva, como avalia a intervenção realizada: _____

Dimensão Económica:

1. Frequenta os estabelecimentos comerciais que existem nesta praça? Sim Não
2. A intervenção tornou mais atrativa a utilização dos estabelecimentos comerciais aqui existentes? Sim Não
3. Considera que o atual *mix* comercial serve as necessidades existentes? Sim Não
4. Acha que a intervenção influenciou o comércio? Sim Não

Anexo 3 – Questionário para a avaliação do espaço público, comerciantes

Questionário para a avaliação do espaço público, “Uma Praça em cada Bairro”

Praça/Intervenção: _____

Este questionário integra o relatório final do mestrado em Geografia Humana do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa. Tem como objetivo avaliar a intervenção realizada neste espaço e, por sua vez, compreender o seu impacto e evolução.

Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente a sustentar a pesquisa. A recolha da informação, o seu tratamento e posterior divulgação, será sempre feita preservando o anonimato da população inquirida e não será disponibilizada a terceiros.

Para qualquer esclarecimento podem contactar a equipa, para o endereço de e-mail diogo.henrique@edu.ulisboa.pt ou para o número de telefone do IGOT - 21 044 3000.

Comerciantes

1. Número de porta: _____
2. Tipologia comercial: _____
3. Ano de abertura: _____
4. Se abriu após a requalificação, porquê? _____
5. Recorda-se da zona antes da intervenção? Sim Não
6. Recordando a intervenção realizada, sente que esta foi positiva ou negativa? Muito positiva Positiva Negativa Muito negativa
7. Porquê? _____
8. As intervenções de melhoria do espaço público provocaram um aumento de clientes no seu estabelecimento? Sim Não
9. Tendo em consideração a resposta anterior, porquê? _____

N: __

Consentimento Informado

O aluno Diogo D'oliveira, estudante do 2º ano de Mestrado Bolonha em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território na Universidade de Lisboa, encontra-se a desenvolver uma investigação no âmbito do seu relatório de estágio/dissertação de mestrado, orientado pelo Professor Doutor Herculano Cachinho e pelo Professor Doutor Pedro Guimarães, em colaboração com o Departamento de Espaço Público da Câmara Municipal de Lisboa (local de estágio).

Este documento surge pela necessidade de realizar questionários aos utilizadores e aos comerciantes dos locais intervencionados pelo projeto *Uma Praça em Cada Bairro*, visando assim um melhor entendimento dos impactos da intervenção e, posteriormente, a sua avaliação.

Posto isto, eu (participante voluntário do questionário), confirmo que:

- Realizei a decisão de participar voluntariamente neste questionário, sabendo que esta decisão não compromete a minha segurança e que posso desistir do mesmo a qualquer momento;
- Recebi as informações relativas ao estudo em desenvolvimento;
- Todas as minhas questões relativas ao estudo foram respondidas;
- Aceitei participar de forma voluntária e livre no estudo em desenvolvimento;
- Fui informado que os questionários vão permanecer em anonimato ao longo de toda a sua recolha, tratamento e divulgação e que as informações que neles constam não serão divulgadas a terceiros.

Sim Não

Para outras informações ou esclarecimentos adicionais pode contactar o orientador, Professor Doutor Pedro Guimarães, através do seguinte endereço eletrónico: pedroguimaraes@campus.ul.pt.